

MARCELLO

02

POR ANTÓNIO ARAÚJO

CAETANO

RETRATOS POLÍTICOS
BREVES BIOGRAFÍAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES

SÁBADO

MARCELLO

CAETANO

POR ANTÓNIO ARAÚJO

O autor escreve
segundo o anterior
Acordo Ortográfico

SÁBADO

Coordenação editorial

João Pombeiro

Revisão

João Alexandre

Capa e paginação

PixelReply.pt

Fotografia de capa

Lusa

RETRATOS POLÍTICOS

Breves Biografias de Políticos Portugueses

é uma série editada pela Reverso em exclusivo para a revista SÁBADO.

© Reverso, 2024 | Medialivre, 2024

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Depósito legal: 529811/24

ISBN: 978-989-9080-31-7

Impresso em abril de 2024 na Jorge Fernandes.



WWW.REVERSOEDITORA.PT



**UMA VIDA
PORTUGUESA**

ÍNDICE

09	INTRÓITO
13	INFÂNCIA E JUVENTUDE
27	NOS ALVORES DO ESTADO NOVO
41	ENFIM, MINISTRO: OS TEMPOS ÁUREOS
69	TRAVESSIA DO DESERTO
77	SUCESSOR DE SALAZAR
89	PRIMAVERA E OUTONO
119	EXÍLIO E FIM
131	CRONOLOGIA
137	PARA SABER MAIS

INTRÓITO

No final da manhã de 26 de Outubro de 1980, domingo, por volta das 12h30, enquanto lavava as mãos na casa de banho do seu apartamento na Rua Cruz Lima, n.º 8, no bairro do Flamengo, Rio de Janeiro, aguardando que a irmã Olga o chamasse para o almoço, Marcello Caetano foi acometido de uma violenta dor no peito, que em minutos o matou.

Faleceu de crise cardíaca, a derradeira de outras que antes sofrera, a última das quais na véspera, na casa de um amigo carioca, o advogado e bibliófilo Plínio Doyle, que aí organizava uns famosos saraus literários, os «sabadoyles», aos quais compareciam escritores e intelectuais de renome, como Carlos Drummond de Andrade, Paulo Mendes Campos ou Pedro Nava.

Chamado um médico, este disse tratar-se de uma crise passageira, recomendando apenas imediato repouso. À noite, já em casa, o doente parecia ter recuperado: jogou uma partida de cartas com a irmã, despediu-se dela com um sorriso, dizendo «Durma bem e peça a Nosso Senhor por mim», ao

que Olga replicou «Peça antes o mano por mim, porque eu preciso mais.»

Na manhã seguinte, estava morto. O corpo seria velado no salão da biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura, ao qual afluíu uma multidão de gente: familiares vindos de Lisboa, amigos brasileiros e portugueses, autoridades civis, os habituais curiosos. Na segunda-feira seguinte, dia 27 de Outubro, realizou-se o enterro. Coberta pela bandeira nacional portuguesa, a urna foi transportada em carro aberto do Corpo de Bombeiros, encabeçando um cortejo estimado em cerca de 300 viaturas. Depois, foi colocada na Quadra 43, n.º 18339A do Mausoléu dos Imortais, no Cemitério de São João Batista, em Botafogo, que a Academia Brasileira de Letras mandara construir em 1962 para reduzir o custo que tinha com os sepultamentos dos seus distintos membros e, caso estes o quisessem, das respectivas mulheres. Na cerimónia do adeus discursaram dois académicos de peso, o jornalista e professor Austregelésio de Athayde (1898-1993) e o historiador Pedro Calmon (1902-1985), amigos e admiradores do falecido.

No Rio permanecem os seus restos mortais. Exilado no Brasil desde 1974, nunca perdeu a amargura e o desalento com o seu país e, pouco antes de morrer, dissuadia os esforços de amigos seus, como Joaquim Veríssimo Serrão (1925-2020), que tentavam obter de um seu antigo discípulo, Freitas do Amaral (1941-2019), então vice-primeiro-ministro da Aliança Democrática, a autorização para que, se o quisesse, pudesse vir passar o Natal a Lisboa.

Do Brasil, escrevia missivas ácidas, nas quais verberava Ramalho Eanes e Mário Soares (1924-2017), seu antigo (e mau) aluno, ou manifestava um enorme e confrangedor

desânimo: «Envelheci. E tenho pena.», escreveu numa missiva. E noutra: «Chego ao fim da vida tendo perdido a Pátria, valores morais e materiais, sonhos, ideais, aspirações... Que poderia querer mais? Morrer...»

Tinha 74 anos.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Numa existência que cobriu praticamente todo o século XX português, Marcelo José das Neves Alves Caetano, que a dada altura da vida passou a grafar o nome como «Marcello», nasceu dois anos antes do regicídio de D. Carlos – mais precisamente, em 17 de Agosto de 1906 – e morreu em 26 de Outubro de 1980, nas vésperas da tragédia de Camarate, que vitimou o então primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro, seu antigo aluno.

Viu a luz no 3.º andar do n.º 45 da Travessa das Mónicas, no popular Bairro da Graça, em Lisboa – e foi baptizado, com seis meses de vida, na Igreja da Graça, sendo seus padrinhos José Marcelino Carrilho e sua mulher Josefina –, a dois passos daquela que, muitos anos depois, seria a morada de Sophia de Mello Breyner (1919-2004) e de Francisco de Sousa Tavares (1920-1993), dois conhecidos opositores ao regime do Estado Novo, no qual Marcello ocupou diversos e altos cargos, com destaque para o de Presidente do Conselho de Ministros, entre 1968 e 1974.

Destino surpreendente, ao menos em parte, em face das suas origens modestas, não pobres, é certo, mas da classe média mais baixa. O seu pai, José Maria Alves Caetano (1863-1946), era funcionário das Alfândegas e um empenhado militante católico, irmão da Confraria do Senhor dos Passos e membro da Conferência de São Vicente de Paulo, e sua mãe, Josefa Maria das Neves (1859-1917), era doméstica, tendo falecido subitamente, de ataque cardíaco, quando Marcello tinha apenas nove anos, facto que, como é natural, o abalou profundamente, com reflexos no seu aproveitamento escolar e, inclusive, no surgimento de uma doença não especificada, provavelmente do foro psicossomático. Escassos seis meses depois de enfiuvar, José Maria, então com 53 anos, voltou a casar, com Maria da Encarnação Barata, natural de Sobral Valado, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, o mesmo que o seu. Deste novo casamento nasceram mais quatro filhos, com os quais Marcello e as suas irmãs sempre mantiveram cordiais relações.

Nas raízes do futuro governante, um retrato do país: o pai nascera em 1863 na freguesia de Pessegueiro, concelho da Pampilhosa da Serra, cumpriu doze anos de serviço militar obrigatório em Artilharia Um, em Lisboa, para onde veio tendo percorrido grande parte do caminho a pé; depois conseguiu transitar do Exército para a Guarda Fiscal e a seguir para as Alfândegas, onde trabalhou até à aposentação. Nunca perdeu, porém, as ligações à sua terra, tendo fundado e sido presidente da assembleia-geral e presidente honorário da Liga de Melhoramentos da Freguesia de Pessegueiro, além de colaborador regular e muito assíduo do jornal *A Comarca de Arganil*. Na capital, tornou-se um provedor dos seus patrícios ou, como recordaria o filho em *Minhas Memórias de*

Salazar, «eram numerosos os conterrâneos que, ao chegarem a Lisboa para por lá ganharem a vida, começavam por procurar o Sr. Alves Caetano, a fim de que os orientasse, apoiasse e encaminhasse no trabalho. A ele traziam depois alguns deles os cobres poupados, pedindo que lhos guardasse para quando regressassem ao torrão.»

A mãe, por seu turno, era natural do Colmeal, freguesia do concelho de Góis e, numa evocação do conselheiro José Dias Ferreira (1837-1907), Marcello recordou a viagem que com ela fez, aos seis anos, até Pombeiro da Beira, no ano de 1912: apanharam o comboio para a Lousã na estação de Coimbra, numa madrugada gélida, a tiritar de frio, e dali seguiram de diligência, por uma estrada miserável («era cada solavanco, meu Deus!») que os levou até Olho Marinho, onde os aguardavam duas mulas para completar o trajecto. Voltaria àquelas bandas em 9 de Novembro de 1968, já na qualidade de Presidente do Conselho, naquela que foi a sua primeira deslocação à província, que designou de «acto de devoção filial», visitando os concelhos de Arganil, de Góis e da Pampilhosa da Serra.

A humildade das origens, o catolicismo ardente, forjado nos tempos agrestes da Primeira República, e o professorado jurídico são traços comuns a Salazar e Caetano, que levaram alguns a aproximá-los por essa via. Marcello, contudo, era, ao contrário de Salazar, uma personalidade profunda e medularmente urbana, nada e criada em Lisboa, com uma ligação remota à província, que mesmo seu pai só visitava de longe em longe. Muitos anos depois, gabar-se-ia, aliás, de ter conhecido a sua cidade a fundo, na trepidação das suas gentes e nos movimentos do século: «Rapaz, palmilhei a cidade inteira, em tempos de ruas calmas e de trânsito pacato, percorrendo mais

os bairros velhos do que as avenidas novas. Vivi os sucessos do tempo, misturado na multidão, fossem os grandes incêndios, fossem os solenes festejos, as manifestações, os cortejos, os cataclismos, as revoluções. Andei no povo curioso e versátil, vibrei com as suas cóleras e os seus entusiasmos, corri os seus riscos e participei nas suas exaltações.»

Em Lisboa, seu pai tivera várias moradas, todas na mesma zona: primeiro no Largo das Olarias, depois Rua da Verónica, a seguir na Travessa das Mónicas, e por fim na Rua Palmira, junto à Almirante Reis, havendo também notícia de que a família terá residido na Rua de S. Gens. Em resultado disso, ou por outras vicissitudes, Marcello fez a instrução primária em diversos estabelecimentos de ensino: aprendeu a ler e a escrever numa escola particular da Rua da Graça, transitou a seguir para a Escola n.º 4, do Campo de Santa Clara e, depois, com a mudança da família para a Rua Palmira, passou para a Escola n.º 1, no Campo Santana, e depois ainda para a Escola n.º 68, à Penha de França, onde concluiu a instrução primária, sempre com boas notas. Em 15 de Agosto de 1916, realizou o exame do 2.º grau com a classificação de «aprovado com distinção.»

O sucesso nos estudos, fruto de uma inteligência vivaz e de uma curiosidade intelectual insaciável, que manteve até morrer, reflectia também, ou sobretudo, um profundo apego ao trabalho, a ética do «subir a pulso» que já marcara o seu pai, e que levará este último a promover, com êxito, que todas as irmãs mais velhas de Marcello Caetano – Arminda, Emília, Olga e Lucinda – tenham concluído o curso do magistério. Como o próprio dizia, a grande preocupação dos seus pais «foi educar e instruir os filhos, dando cursos às filhas no tempo em que raras mulheres o faziam.» Entre as suas leituras

da infância, Marcello recordaria *De Angola à Contracosta*, dos exploradores africanistas Capelo e Ivens, e a funda impressão que causou, no seu imaginário de criança, aquela narrativa de ambientes e lugares exóticos, povoados de «homens esquisitos, leões ferozes, crocodilos inesperados, zebras, antílopes, elefantes.» Não adivinhava, por certo, que um dia viria a ser ministro das Colónias e, mais ainda, chefe do último governo do império português em África, ou do que dele restava.

Estudar, aprender, tirar um curso e, com sorte ou empenhos, obter um lugar no Estado, na segurança do funcionalismo público, constituía o sonho e o ideal de vida para todos os que, como José Maria e Josefa, vinham fugidos do Portugal profundo, daquilo a que, anos mais tarde, o bispo D. António Ferreira Gomes chamaria a «miséria imerecida do mundo rural». A crescer ao medo da pobreza, outro pavor se juntava, o da doença. A mãe de Marcello morrera quando este era criança, o mesmo sucedendo a um seu irmão mais velho, João Maria, falecido em tenra idade. Não muito depois, acompanhando o Padre Pereira dos Reis, conhecerá de perto o flagelo da pneumónica, visitando os infectados dos bairros mais pobres da capital. Como se não bastassem a penúria e a doença, as turbulências políticas, com a instauração da República e, depois, com as suas muitas voltas e reviravoltas (entrada de Portugal na Grande Guerra, o consulado de Sidónio, a «Noite Sangrenta», as carestias dos anos 20), terão agudizado no espírito do jovem Marcello uma profunda necessidade de ordem e de segurança, conquistadas através do trabalho e do estudo, de um emprego estável e certo, de preferência no Estado, de um núcleo familiar coeso, sedimentado em princípios e em valores simples, inquestionáveis, e nas verdades da Igreja.

Formado na fé católica dos seus pais, a religião constituiu para o jovem Marcello um refúgio e um porto seguro para as ansiedades do mundo. Muito novo, integra-se nos escuteiros, onde chega a obter diploma de escuteiro-chefe na primeira escola de chefes realizada em Portugal, seguida do primeiro campo de aperfeiçoamento, o qual lhe permitiu o uso da «insígnia de madeira» (*woodcraft*).

Em 1917, a chegada à paróquia dos Anjos de monsenhor José Manuel Pereira dos Reis (1879-1960) tem nele o efeito de uma revelação. Conheceu-o ainda menino, na sede da Juventude Católica de Lisboa, na Rua de Santo António dos Capuchos, onde o seu pai o levava. Logo então ficou marcado pela personalidade carismática daquele «padre jovem e impecavelmente elegante, de sobrecasaca e de chapéu alto», que nos anos vindouros será responsável por uma profunda transformação litúrgica nas missas da Igreja dos Anjos e, sobretudo, acima de tudo, pela afirmação de um catolicismo militante, seguro de si, disposto a enfrentar as perseguições da República ou a contorná-las com audácia e inteligência: quando a nova sede da Juventude Católica, agora instalada na Rua das Pedras Negras, junto à Sé, foi assaltada e encerrada, Pereira dos Reis passou a reunir-se com os jovens crentes nos bancos da Avenida da Liberdade, em encontros do qual se lavrava inclusive uma acta, terminada invariável e ironicamente com um agradecimento à Câmara Municipal de Lisboa pela cedência das instalações...

Marcello seria um dos seus acólitos, ajudando-o antes de ir para o liceu, nas missas das sete ou das oito da manhã. Mais importante do que isso, acompanhava-o nas suas voltas pela cidade, junto dos mais carenciados e, como se disse, dos flagelados pela pneumónica, entre os quais a vidente Jacinta

Marto, falecida no Hospital da Estefânia e velada na Igreja dos Anjos. Apesar disso, Pereira dos Reis não seguia nem permitia o culto à Senhora de Fátima, ainda não oficializado pela Igreja. Mas, sempre que podia, desafiava o anticlericalismo da República, por vezes com gestos ousados, como naquela ocasião em que, na companhia de Marcello Caetano, andou pela Baixa e atravessou o Rossio em vestes talares, então proibidas pelas autoridades.

«Fora da minha família nenhuma influência recebi que se possa comparar à dele», dirá Marcello Caetano muitos anos depois, confessando que, na juventude, e por influência de Pereira Reis, chegou a ponderar seguir a via do sacerdócio: «atravessei naturalmente as fases de piedade pelas quais, nos verdes anos, uma sólida educação religiosa faz naturalmente passar. Mentiria se negasse ter surgido no meu espírito a ideia de seguir na esteira desse homem admirado que mais que nenhum me impressionou. Mas não senti afinal esse chamamento interior que se chama vocação. E não atravessei o limiar de um seminário.»

No Liceu Camões, que frequentou entre 1916 e 1922 e onde fez todo o secundário, tem como colega Henrique de Barros (1904-2000), também seu companheiro nos escuteiros. Vai estudar com frequência a sua casa, na Avenida 5 de Outubro, e aí contacta um meio muito diferente do seu, quer em termos sociais, o da família Queirós de Barros, quer em termos políticos, pois Henrique era filho de João de Barros (1881-1960), destacado poeta, pedagogo e político republicano, que havia sido iniciado na Maçonaria em 1910 e que em 1924-1925 será um dos últimos ministros dos Negócios Estrangeiros da Primeira República, no «governo canhoto» de José Domingues dos Santos. Na casa de Henrique de

Barros, Marcello conhece a irmã deste, Teresa, da qual se torna amigo e, mais tarde, namorado, sem que as diferenças sociais entre ambos tenham motivado oposição por parte da família da sua futura noiva e mulher.

Escolheu o curso de Direito quase por acaso ou, pelo menos, sem grande consciência dessa opção. Pensava, de resto, seguir Ciências, aspirando tornar-se médico. No entanto, no liceu começara a destacar-se em Letras, gostava de literatura, era notado nas aulas de português, conhecia os autores e as escolas literárias. No final do 5.º ano, quando teve de optar, os colegas disseram-lhe, sem apelo nem agravo: «Tu vais para Letras!» «Para Letras? O meu desconhecimento das coisas práticas era quase total. Sim, está bem... eu gostava de Letras, iria então para a Faculdade de Letras. Aqui entrevistaram outros mais esclarecidos: não, não caias nisso! O curso de Letras só dá para professor do Liceu! Vamos para Direito! Que ser advogado rende muito dinheiro! Bom, irei com vocês para Direito... – acabei por condescender.»

Condescendeu, foi. Tornou-se um dos mais importantes juristas portugueses do século XX, que apreciava dizer que tivera como alunos os dirigentes de todos os grandes partidos políticos do pós-25 de Abril: Mário Soares, Sá Carneiro (1934-1980), Álvaro Cunhal (1913-2005), Freitas do Amaral. O gosto pela História, porém, nunca o abandonou e, não por acaso, um mês depois do seu falecimento, foi publicada mais uma obra sua, o primeiro volume de *História do Direito Português*.

Trabalhou enquanto estudava, dando explicações, primeiro a alunos de liceu e depois a colegas seus em Direito, e colaborando em diversos jornais. Não estava ali por vocação, tendo dito mais tarde «não me venham falar em vocações.

Deve havê-las: nunca as conheci em mim. Jeito para ensinar, sim, escolhi e amei a profissão. Mas vocação...». Nas primeiras aulas a que assistiu, tudo lhe pareceu «ininteligível» e muito distante das suas preocupações. Ponderou desistir, porventura mudar de curso. No final, acabou por licenciar-se em 1927, com a classificação de «Muito Bom com Distinção» (18 valores), tendo feito um exame de grande brilhantismo, que seria saudado, inclusive, nos jornais onde escrevia, como o católico *A Voz*, que lhe chamou um «espírito dos mais cultos da sua geração, estudante que soube impor-se a professores e condiscípulos com raríssimas qualidades de trabalho.»

A par dos estudos e das explicações, Marcello manteve-se um activo militante católico, sendo nessa altura que, provavelmente na redacção do jornal *A Época*, conheceu Pedro Theotónio Pereira (1902-1972), estudante de Matemáticas Superiores na Faculdade de Ciências e já então fervoroso partidário do Integralismo Lusitano, de quem se tornará amigo próximo e companheiro de lutas diversas. Participou então no levantamento dos estudantes católicos contra o que diziam ser uma vaga de imoralidade que assolava o país ou, mais precisamente, Lisboa, patente na publicação de obras tidas por obscenas, com destaque para *Canções*, de António Botto, *Sodoma Divinizada*, de Raul Leal, e *Decadência*, de Judith Teixeira, mas também em bailes suspeitos, como um, realizado no bairro da Graça por alturas do Carnaval, ao qual acorreram só homens, muitos dos quais «em trajes femininos, ostentando decotes e enfeites próprios de mulher.»

Indignados, os estudantes católicos prometem «uma obra de higiene moral e social», reúnem-se com o governador civil de Lisboa, dão à estampa um inflamado «Manifesto dos Estudantes das Escolas Superiores de Lisboa», anunciam

que iriam fiscalizar as livrarias da cidade à caça dos «livros torpes», da pena dos «poetas de Sodoma» e dos «artistas decadentes». Nas páginas da *Ordem Nova*, Marcello falou em «arte avariada», atacando a «opinião pública» que, segundo ele, defendia «que cada qual tem o direito de escrever o que lhe apetece», coisa que tinha por inconcebível ante a degradação dos costumes.

É neste contexto que, insatisfeitos com os rumos da Juventude Católica, Theotónio Pereira e Marcello Caetano decidem criar o Instituto dos Estudantes Católicos de Lisboa, para o qual solicitam a bênção do cardeal-patriarca. Em Março de 1924, vemo-los em Coimbra, como representantes dos estudantes católicos da capital, no congresso fundador da União Católica dos Estudantes Portugueses.

Marcello tinha então «um grande desejo de acção.» Nunca o perderá até ao fim dos seus dias, podendo dizer-se, sem margem para dúvida, que nutriu ambições políticas desde os tempos de estudante. Em 1926, poucos dias depois do golpe de 28 de Maio e da instauração da Ditadura Militar, destacou-se nos protestos dos estudantes de Direito contra a exigência de um estágio de 18 meses para aceder à carreira de advogado na Ordem dos Advogados, que havia sido criada em 12 de Junho daquele ano, por iniciativa de Manuel Rodrigues (1889-1946), ministro da Justiça. O movimento, que contemplou até uma greve aos exames, acabou por ser pacificado e, concluído o curso, Marcello ingressou na Ordem dos Advogados, após ter feito o competente estágio de seis meses.

No verdor da juventude, Marcello Caetano não foi apenas um militante católico que esteve na primeira linha dos combates pela reafirmação do papel da Igreja na sociedade portuguesa, passada que fora a vaga laicista e anticlerical que mar-

cou os alvares da Primeira República e a Lei da Separação do Estado das Igrejas, de 20 de Abril de 1911. Foi, também, um colaborador assíduo da imprensa das direitas, que se iniciou no jornalismo em 1925, ainda estudante, como secretário da revista *Nação Portuguesa*, ligada ao Integralismo Lusitano, redactor do jornal *A Ordem*, cronista do católico *A Voz e de Ideia Nacional*, director da revista *Ordem Nova*. Por influência de seu pai – e, muito provavelmente, de Pedro Theotónio Pereira –, torna-se integralista, leitor compulsivo de António Sardinha (1887-1925), defensor da Monarquia e da Tradição, sempre grafadas com maiúsculas. Entendia, porém, como deixou escrito logo no primeiro número de *Ordem Nova*, de 1926, que a mudança de regime pressupunha a existência de «um escol capaz de impor à Nação os princípios salvadores.» E ele, claro, entendia fazer parte dessa elite, desse «núcleo central», dessa «minoría inteligente e activa», nem que para isso fosse necessário escrever artigos de surpreendente violência, em que atacava D. Manuel II, «rei de opereta», e a Causa Monárquica, em que se insurgia contra os intelectuais, «burocratas do pensamento», em que polemizava com a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, em que se afirmava um ardente defensor das virtudes do império e da raça, dizendo, entre o mais, que a perda das colónias ultramarinas «seria o caos», e que Portugal tinha «direito a ser considerado uma grande potência europeia» e «um dos grandes educadores dos povos». Noutros textos, não hesita mesmo em louvar Mussolini e o fascismo italiano, afirmando que «é, na Itália, a verdadeira Contra-Revolução» e que o fascismo criara uma «moral, uma disciplina, um ideário e um estilo.»

O encerramento da Faculdade de Direito pela Ditadura Militar, imposto em Abril de 1928, obrigou-o a adiar o so-

nho de uma carreira académica. Decidiu concorrer ao cargo de conservador do Registo Civil de Óbidos, que acumulou com o de subdelegado do Procurador-Geral da República de Caldas da Rainha. Enquanto estudante da Faculdade, publicara já alguns trabalhos, como *Frei Serafim de Freitas*, de 1925, e *Legislação Civil Comparada*, do ano seguinte, e a passagem por Óbidos deu-lhe ensejo de dar à estampa, em colaboração com o tenente-coronel Luís de Freitas Garcia, uma breve e deliciosa monografia sobre a história daquela localidade, onde não faltam referências a Maurice Barrès e a António Sardinha.

Por lá estive escassos meses, em 1928 e 1929, mas ainda teve tempo de acompanhar o administrador do concelho nas acções de campanha por Óscar Carmona (1869-1951), que lhe permitiram conhecer de perto o caciquismo local que desde sempre caracterizava a política portuguesa. Com a reabertura da Faculdade de Direito e com o convite de Theotónio Pereira para chefe de contencioso da companhia de seguros Fidelidade, não hesita em regressar a Lisboa, mantendo, contudo, o lugar em Óbidos e as tardes reservadas à preparação do seu doutoramento.

Marcello Caetano conquistara um nome e um lugar: formara-se em Direito, aspirava ao doutoramento, inscrevera-se na Ordem dos Advogados, acumulava a chefia do contencioso de uma empresa seguradora com um almejado cargo no Estado. Acima de tudo, destacara-se na imprensa, marcara uma posição política, podia chegar mais longe.

Em 1929, conheceu Salazar.

**TORNOU-SE UM DOS MAIS IMPORTANTES
JURISTAS PORTUGUESES DO SÉCULO XX,
QUE APRECIAVA DIZER QUE TIVERA
COMO ALUNOS OS DIRIGENTES DE TODOS
OS GRANDES PARTIDOS POLÍTICOS
DO PÓS-25 DE ABRIL: MÁRIO SOARES,
SÁ CARNEIRO, ÁLVARO CUNHAL,
FREITAS DO AMARAL.**

NOS ALVORES DO ESTADO NOVO

Decididamente, estava-se em plena Revolução!» Foi assim, entre o entusiasmo e o espanto, que Marcello Caetano descreveu a sua tomada de posse do cargo de auditor jurídico do Ministério das Finanças, o mais importante de toda a Administração Pública portuguesa.

A cerimónia teve lugar em 13 de Novembro de 1929, perante o secretário-geral do Ministério, um velho conselheiro vindo dos tempos da Monarquia, com barbicha branca e impecável fraque, que ficou boquiaberto ao deparar com o jovem empossado. Marcello tinha 23 anos.

O insólito acontecera por uma circunstância fortuita: o titular da pasta das Finanças, Oliveira Salazar, pedira para que Pedro Theotónio Pereira analisasse um conjunto de diplomas em matéria de seguros; Theotónio Pereira, por sua vez, solicitara o auxílio jurídico do seu amigo Caetano que ia assinalando as suas dúvidas, sugerindo correcções pontuais até ao dia em que Salazar introduziu uma emenda que o jovem jurista considerou ser contrária à lei. Quando Theotónio Pereira explicou ao ministro quem fora o jurista que detectara

o erro, Salazar disse tão-só: «Mande-o a minha casa amanhã às dez da manhã!»

No dia seguinte, Marcello foi à casa do ministro, então junto à Avenida Duque de Loulé. Recordaria mais tarde esse primeiro encontro:

«Entrei para uma sala pequena onde pouco depois chegou o Ministro: um homem novo – ainda não fizera 40 anos – alto, magro, de feições angulosas, com um aspecto bem diferente do que depois veio a ter. Os olhos frios e percucientes destacavam-se no rosto austero. Iniciou a conversa felicitando-me pelo meu trabalho nos diplomas sobre seguros e perguntou-me o que estava fazendo.

Respondi-lhe que preparava o acto de Doutoramento em Direito, tendo escolhido o ramo das Ciências Político-Económicas. Justamente a dissertação que estava escrevendo versava sobre um tema económico: a estabilização da moeda...

– Faz muito bem. Estou convencido de que é no campo dos estudos económicos que neste momento e por muitos anos se poderá ser útil ao País.»

Depois, sem mais delongas, convidou-o para auditor jurídico do seu Ministério. Marcello ficou «atordoado», alegou a sua extrema juventude, tentou argumentar com a preparação do doutoramento, mas, segundo ele, «Salazar era indiferente às situações particulares quando queria alguma coisa de alguém.»

Quatro dias depois, estava nomeado. Tomou posse pouco depois, mas, ao contrário do que Marcello julgava, o cargo

só tinha a importância que o ministro lhe desse. E Salazar, ao que parece, pouca importância lhe deu. E ele ressentiu-se disso: «Auditor Jurídico do Ministério, recebia por terceiras pessoas o encargo de tratar disto ou daquilo, e às vezes queria falar com o Ministro para colher um esclarecimento ou dar uma sugestão: a barreira do silêncio tolhia-me o entusiasmo. Continuo convencido de que poderia ter sido um colaborador mais útil e menos burocrático. Mas até com os ministros, seus colegas, ele era assim.»

Até à queda de Salazar da cadeira, em 3 de Agosto de 1968, será este o padrão das relações entre ambos. Andaram quase quarenta anos nisto. Marcello, que nunca teve problemas de autoestima no plano intelectual, julgava que Salazar não o aproveitava nem valorizava como devia, e até, muitas vezes, que o punia pelo desassombro das suas opiniões. Em público e em privado, na correspondência que manteve com o Presidente do Conselho, gostava de marcar a sua independência, por vezes em tom contundente, e até nas raias do escândalo. Nunca foi, porém, um *outsider* e, menos ainda, oposicionista – desde logo, e acima de tudo, porque, à semelhança de Salazar, não confiava na democracia como modelo de governação dos povos ou, melhor dito, do povo português. Assim, no que de essencial era o Estado Novo – antiliberalismo, antiparlamentarismo, desprezo pelos partidos, corporativismo, nacionalismo, opção ultramarina –, nunca houve uma divergência de fundo entre os seus dois chefes do governo. Daí que as críticas que Marcello dirigia ao regime e aos seus rumos fossem sempre feitas a partir «de dentro», numa perspectiva de correcção e reforma, nunca, jamais, de alteração da substância e, menos ainda, da instauração de um regime-outro, distinto daquele que Salazar criara.

Meses antes de tomar posse no Ministério das Finanças, Marcello era ainda um jovem nacionalista radical, que, em Abril de 1929, participou no assalto à sede da Maçonaria, na Rua do Grémio Lusitano. No ano seguinte, já auditor nas Finanças, parece ter acalmado: casou com Teresa Teixeira de Queiroz de Barros (1906-1971), colaborava com Salazar, que, na sequência da «crise dos sinos», em Junho de 1929, da queda dos governos de José Vicente de Freitas (1869-1952) e de Ivens Ferraz (1870-1933), consolidara extraordinariamente o seu poder no seio do executivo presidido pelo general Domingos de Oliveira (1873-1957), mas, na prática, liderado pelo «mago das Finanças». Marcello pertencia agora ao núcleo restrito de jovens talentos que Salazar ouvia com regularidade, menos do que eles desejavam, é certo, mas ainda assim o suficiente para se sentirem próximos do poder e do seu chefe. Apesar de manter um estilo de vida austero e frugal, vivia agora nas Avenidas Novas – primeiro, na Avenida Barbosa do Bocage, depois na Rua Luís Bívar e, enfim, na Rua Fernão Lopes –, numa geografia bem distinta da do Bairro da Graça ou dos Anjos, onde nasceu e cresceu. Com Teresa terá um casamento feliz, do qual nasceram quatro filhos – João, José Maria, Miguel e Ana Maria –, e, apesar das divergências políticas, manteve sempre um relacionamento muito próximo com o sogro («não passava um dia sem que fosse à minha casa») e com a sogra, Raquel Teixeira de Queiroz.

Em 1931, concluiu a sua dissertação de doutoramento, intitulada «A Depreciação da Moeda depois da Guerra», que irá discutir em árduas provas públicas, em Junho desse ano. O exame, realizado ao longo de vários dias, foi sendo acompanhado pelos jornais, que iam dando conta do andamento dos debates. Mais tarde, Marcello dirá que o *República*, desafecto

à «Situação», «procurava achincalhar o candidato, insinuando a sua ignorância ou estupidez.» No júri, Albino Vieira da Rocha não poupou nas críticas, acusando a tese de falta de originalidade, dizendo que ela não passava do «trabalho de um repórter», digno de «economistas de café». O candidato defendeu-se como pôde e, no final, acabou aprovado com 18 valores, para gáudio dos jornais que lhe eram mais próximos, como o *Diário de Lisboa*, que se referiu ao «brilhantismo das provas» e a outro dado significativo: antes dele, a Faculdade de Direito de Lisboa só tinha concedido quatro doutoramentos, o último dos quais a Armindo Monteiro (1896-1955), em 1921, ou seja, dez anos antes.

Na tese, são vários os elogios a Salazar e à sua obra *O Ágio do Ouro*, apelidado de «admirável livro» e de «estudo meticoloso.» E, como referem os seus biógrafos, Marcello, graças ao seu sogro, começou então a escrever regularmente no *Jornal do Comércio e das Colónias*, uma publicação com um perfil muito distinto do das folhas panfletárias onde antes colaborara. Aí, fará a defesa empenhada de Salazar e do Estado Novo («um governo presidido pelo economista eminente que tem revelado ser o dr. Oliveira Salazar e onde não faltam inteligências lúcidas e vontades firmes»), mostrar-se-á um ardente partidário do projecto imperial português, materializado no Acto Colonial de 1930, e advogará as virtudes do corporativismo ante, por um lado, as doutrinas e os princípios oriundos da Revolução de 1789 e, por outro, o bolchevismo emergente, caracterizado pelo «uso do poder como instrumento de domínio da classe proletária por um escol – o partido comunista.»

Oliveira Salazar chamá-lo-á para secretariar o grupo restrito que elaborava o projecto de uma nova Constituição.

Terminaram os trabalhos em Maio de 1932 e a experiência aproximou-o ainda mais daquele que, em Julho desse ano, assumiria a chefia do governo da nação: «As sessões de trabalho na sua residência, já então na Rua do Funchal, aquando da elaboração do projecto da Constituição, aproximaram-nos mais. Algumas vezes me reteve para almoçar com ele e num dia de Maio de 1932 em que concluímos a revisão final, almoçámos e jantámos juntos. Nos intervalos conversávamos sobre os problemas nacionais, as perspectivas políticas, o modo de ser dos militares, as reformas que projectava e as dificuldades com que lutava», escreve Caetano em *Minhas Memórias de Salazar*.

Mantinha-se, porém, o jogo de encontros e desencontros que caracterizou o relacionamento entre ambos ao longo de quatro décadas. Salazar escolhe Theotónio Pereira para escrever o «relatório» do projecto de Constituição – isto é, o texto explicativo com que o mesmo foi publicado nos principais jornais de Lisboa e Porto e submetido a plebiscito popular –, o que deixa Marcello desconcertado. E, talvez por razões de idade, mas não só, Marcello não fará parte do Conselho Político Nacional, um órgão criado em 1931 e que, de certo modo, antecedeu o Conselho de Estado, competindo-lhe dar parecer sobre «todos os assuntos de política e administração» e, em particular, sobre os projectos de Constituição Política, dos Códigos Administrativo e Eleitoral e da organização do regime corporativo do Estado.

A discussão do projecto constitucional evidencia a ruptura dos integralistas com Salazar e Marcello, chamado a tomar partido, não hesita em abandonar as antigas simpatias de juventude, colocando-se firmemente ao lado do novo regime. Nos anos vindouros, não deixará de o lembrar ao ditador e

aos seus próximos: «deixei em 1929 os meus amigos, quebrei as minhas ligações de juventude para o seguir a si», afirmou, pesaroso, ao Presidente do Conselho. E, em carta a Fernando dos Santos Costa (1889-1982), de Agosto de 1965, escreverá que «ingressado na juventude em determinado grupo, abandonei tudo para acompanhar o dr. Salazar na sua declarada intenção de ensaiar o Estado Novo.»

O novo chefe do governo, porém, não se deixou impressionar por tanta dedicação e, nos anos vindouros, oferecerá a Caetano algumas sinecuras prestigiantes, mas de pouco relevo, como um lugar na Junta Consultiva da União Nacional, criada em 1932 (mas não na Comissão Central, o órgão mais importante, para o qual Quirino de Jesus chegou a propor o seu nome, sem sucesso). Alegando compromissos académicos, pois encontrava-se prestes a prestar provas para professor na Faculdade, Marcello recusou o cargo de Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social. Ao sondá-lo, Salazar ter-lhe-á dito que existem outros dois candidatos – João Lumbrales (1905-1975) e Pedro Theotónio Pereira – e Marcello, como sempre, ficou melindrado, declinou o convite, que acabaria sendo aceite por Theotónio Pereira. Se descontarmos alguns episódios pretéritos, de bem menor relevância, este foi, muito provavelmente, o primeiro grande ponto de dissídio entre Salazar e Caetano, ou vice-versa.

Não muito depois, novo convite, novo atrito: em Outubro de 1933, Salazar pede-lhe que aceite ser membro da Comissão Executiva da União Nacional, criada no seio da Comissão Central. Marcello não pôde esquivar-se e, aparentemente, estava esperançoso nas suas novas funções. Simplesmente, passaram-se semanas, passaram-se meses, entrou um novo

ano, e o Presidente do Conselho tardava em conceder a audiência que solicitara, para lhe apresentar um plano de actividades, marcado pela realização de um Congresso, para o qual Marcello já tinha, inclusive, elaborado o respectivo regulamento. Em Janeiro de 1934, sem que viessem notícias da audiência, Marcello Caetano, despeitado, apresentou a sua renúncia. Pior ainda, fê-lo quando Leal Marques (1880-1969), o chefe de gabinete de Salazar, lhe comunicara que a audiência estava finalmente agendada, que o Presidente do Conselho iria recebê-lo. Na sua reminiscência, «quando Leal Marques me telefonou, açodado, a dizer que o Sr. Presidente me ia receber, respondi-lhe que era tarde: todo o cronograma que projectara estava prejudicado e não sabia trabalhar assim. Acabou desse modo a minha participação na Comissão Executiva da União Nacional.»

Em face disto, acrescenta, «Salazar não levou a bem que eu tivesse procedido como procedi e eu fiquei agastado com a falta de interesse dele. Houve um arrufo entre nós que iria durar anos.» Em privado, segundo se diz, o ditador chamava-lhe um «vidrinho», já cansado dos seus muitos melindres e caprichos, certamente agudizados pelo facto de, entretanto, ter consolidado a sua carreira académica – alcançou o professorado em Junho de 1933 – e a sua vida profissional – como advogado e, sobretudo, como jurista – ou seja, por dispor agora de condições materiais que lhe permitiam não depender da política nem dos favores do regime.

Não deixou, todavia, de colaborar com o Estado Novo, fazendo-o a títulos diversos, fosse como autor do Código Administrativo de 1936, fosse como director cultural do Cruzeiro de Férias à África Ocidental Portuguesa, entre Agosto e Outubro de 1935 – a primeira vez que visita as colónias –,

fosse como procurador à Câmara Corporativa, vogal do Conselho do Império Colonial ou, enfim, director do Instituto de Alta Cultura, entre 1936 e 1940.

Em todos estes lugares deixou a marca da sua vasta cultura humanística e do seu saber jurídico, mas também o rasto de uma personalidade angulosa, muito ciente de si e do estatuto que entendia merecer, como ficou patente, entre outros exemplos, na elaboração do Código Administrativo: Salazar incumbiu Fezas Vital, um colega seu dos tempos de Coimbra, da redacção do projecto, dizendo-lhe para solicitar o contributo de Caetano. Este, claro, ficou melindrado por não ter sido contactado directamente pelo chefe do governo e di-lo a Domingos Fezas Vital (1888-1953). Dias depois, quando Salazar os recebe a ambos, estava «carrancudo» com ele e, na conversa, dirigiu-se sobretudo ao seu antigo colega de Coimbra, que se mostrou hesitante, colocando uma série de dúvidas. Marcello, ao invés, mostrou-se seguro, afirmou que «para mim a tarefa não era difícil» e logo se comprometeu a redigir «umas bases» e a discuti-las com Salazar na semana seguinte. Não contente, escreve um artigo na *Revista Nacional* a proclamar a necessidade de um novo Código Administrativo, assenhoreando-se, portanto, da autoria dessa obra. Oliveira Salazar, obviamente, não podia aceitar este desafio à sua autoridade e, pondo Marcello na ordem, não só passou a tratar dos assuntos relativos ao código exclusivamente com Fezas Vital como irá excluir Caetano das listas de deputados da União Nacional nas eleições legislativas de Dezembro de 1934, fazendo-o, para suma humilhação do excluído, através do envio de um simples cartão, que terminava com uma alfinetada assassina: «gostava de dizer-lhe isto mas é-me difícil recebê-lo neste momento.»

Anos depois, Marcello reconheceu que à época era um «jovem impertinente que se permitia atitudes rebeldes» e, sobre as críticas que fez ao Código Administrativo, diz: «reconheço que não tinha um feitio cómodo e que eram muitas as verduras da mocidade...» O episódio fixa, no entanto, um padrão que se manterá nas décadas vindouras: segundo alguns, como Vasco Pulido Valente, Oliveira Salazar receava Marcello e, por isso, tinha o cuidado de o manter próximo, mas à distância; noutra formulação, que parece mais ajustada à realidade, o que pode dizer-se é que Salazar, consciente do valor de Marcello Caetano, procurou mantê-lo por perto, utilizando-o como um dos mais promissores quadros do Estado Novo, mas, em simultâneo, sentiu necessidade de aplacar a sua enorme ambição, pouco condizente com a idade e com o estatuto que então detinha. De resto, o ditador não o tratou de modo diferente de aos outros todos, com distância respeitosa e a clara sinalização de quem mandava. Marcello esperaria outras intimidades, talvez mais consideração e atenção, no que foi o primeiro dos muitos equívocos que povoaram a sua relação com Salazar e o seu regime.

Participou, como se disse, no I Cruzeiro de Férias às Colónias, em Agosto-Outubro de 1935, de onde regressou, como sempre sucederá nas suas deslocações a África, firmemente convicto da razão de ser da presença portuguesa no ultramar: «por toda a parte encontrámos a maior dedicação, o maior apego a Portugal, e só se ouviram protestos de eterna fidelidade. De muitos colonos escutei a afirmação de que Angola se manteria portuguesa contra tudo e contra todos. Só pediam, como Albuquerque, verdade e espadas largas. Os portugueses de ouro estão lá, são os portugueses de Angola», escreveu, entusiasmado, no *Diário da Manhã*.

Pouco depois, em Novembro de 1935, iniciou funções como procurador à Câmara Corporativa, a que pertencia por inerência, na qualidade de presidente da direcção do Grémio dos Seguradores. Naquela que será uma constante da sua vida – raramente ou nunca concluiu um mandato até ao fim –, abandonará a Câmara pouco depois, por ter terminado funções no Grémio dos Seguradores.

Por convite de Armino Monteiro, integrou, como vogal, o Conselho do Império Colonial, órgão onde permaneceu oito anos, que lhe permitiram conhecer de perto muitos dos problemas das nossas colónias. Assinalam os seus biógrafos que se destacou como opositor à política centralizadora do Estado Novo perante as colónias e que, noutra ocasião, defendeu o abandono da distinção entre indígenas e cidadãos, propondo a criação de uma nova categoria – os «semiassimilados» – para os que, sendo negros ou mestiços, tivessem adquirido «um verniz de civilização», ainda que não tendo assimilado ainda «as concepções fundamentais da moral e da técnica do colonizador».

Ascendeu a catedrático em Abril de 1939, com apenas 32 anos. Para muitos dos seus alunos, e não só, era já apontado como o sucessor natural de Salazar. Naquela época, porém, não ocupara ainda funções de especial relevo, sobretudo na comparação com outras figuras, como o seu amigo Pedro Theotónio Pereira, que se destacara no lançamento do Estado corporativo e como embaixador em Madrid. Marcello contava com outros trunfos: o prestígio académico que ia conquistando graças a uma impressionante capacidade de trabalho – em 1937, foi publicada o seu *opus magnum*, o *Manual de Direito Administrativo* –, a rede de sociabilidades tecida com os seus discípulos de várias gerações, os contactos privi-

legiados na imprensa e na academia, muitos dos quais forjados aquando da sua passagem pelo Instituto de Alta Cultura, entre 1936 e 1940.

Em 1940, aceitou o convite do ministro da Educação, Carneiro Pacheco (1887-1957), para desempenhar as funções de comissário nacional da Mocidade Portuguesa. Como sempre, pôs entraves, desta feita relacionados com o facto de o lugar ser *pro bono*, o que, segundo ele, lhe dificultava muito a vida, baseada na «advocacia de três ou grandes empresas.» Também como sempre, Salazar mostrou-se insensível a esse argumentário. O cargo na Mocidade terá sido, provavelmente, aquele em que Marcello foi mais feliz, mesmo tendo-o exercido numa conjuntura particularmente exigente e difícil, em plena Segunda Guerra, na qual as organizações de juventude daquela natureza eram fatalmente associadas aos regimes nazi-fascistas, em larga medida com razão. Por isso, o novo comissário procurou que a Mocidade Portuguesa se distanciasse das suas congéneres alemã e italiana, tentando, do mesmo passo, não alarmar a Igreja com uma organização juvenil concorrente às dos católicos. O seu modelo eram os escuteiros, que conhecia bem desde criança e aos quais estará sentimentalmente ligado até ao fim da vida. Não conseguiu evitar, todavia, que, por vezes, o associassem ao fascismo e à Juventude Hitleriana – e até que o caricaturassem fardado à maneira de um Hitler ou de um Mussolini, com a suástica no braço.

O comissariado da Mocidade, além do contacto com a juventude e com as futuras elites da nação, deu-lhe mundo, trouxe-lhe convites para ir ao estrangeiro – como um, em 1941, integrado na delegação que foi ao Brasil agradecer a participação na comemoração dos dois centenários –, em suma, consolidou a sua longa marcha em direcção ao poder.

Em finais de 1944, é convidado para ministro.

MARCELLO CAETANO, QUE NUNCA TEVE PROBLEMAS DE AUTOESTIMA NO PLANO INTELECTUAL, JULGAVA QUE SALAZAR NÃO O APROVEITAVA NEM VALORIZAVA COMO DEVIA, E ATÉ, MUITAS VEZES, QUE O PUNIA PELO DESASSOMBRO DAS SUAS OPINIÕES.

ENFIM, MINISTRO: OS TEMPOS ÁUREOS

Você vai ser chamado; quase todos os que foram ouvidos até aqui consideraram necessária a sua entrada para o Governo», avisou-o Pedro Theotónio Pereira, que, vindo de Madrid, se avistara com Salazar em Lisboa.

E, de facto, no dia 2 de Setembro de 1944, quando passava férias com a família em São Martinho do Porto, Marcello Caetano recebeu a aguardada chamada telefónica do Presidente do Conselho, convocando-o a São Bento.

No dia seguinte, depois da missa, tinha a esperá-lo o pequeno Fiat da Presidência do Conselho, onde Salazar o aguardava pelas 11 horas. Um percalço no caminho: passada a povoação do Cercal, quebrou-se o *cardan* da viatura e, em tempos de guerra e de falta de peças, o conserto levou longas horas. Marcello conseguiu, ainda assim, avisar que iria chegar atrasado, muito, e já passavam das quatro da tarde quando atravessou os portões de São Bento. O chefe de governo tivera de se ausentar para a habitual audiência dominical com Carmona, mas deixara instruções a Dona Maria (1894-1981) para que recebesse o convidado, que se sentou na sala de estar do rés-

-do-chão e, obviamente, pegou num dos livros acabados de chegar, *Le monde est un*, a tradução francesa de *One World*, o *best-seller* de Wendell Willkie, que advogava a necessidade de um entendimento com os soviéticos no pós-guerra e a participação da América numa organização supranacional que garantisse a paz.

Chegado Salazar, inicia-se o *pas de deux*, dos muitos que ambos mantiveram ao longo de décadas de convívio ora próximo, ora distante, jamais íntimo. Depois de um longo excursão, o Presidente do Conselho convida Marcello para a pasta da Justiça, mas foi logo adiantando que ele «teria que se resignar à gestão corrente do Ministério», como Marcello anotou nas suas *Memórias de Salazar*, onde escreve, logo a seguir, «vejo nitidamente onde quer chegar: neutralizar a pessoa incómoda, fazendo-a entrar no Governo numa posição subalterna onde não faça dano nem lhe dê trabalho.»

Intuindo a manobra, Marcello escusou-se com os encargos de família, o trabalho na Universidade, o compromisso assumido com a Mocidade Portuguesa – de resto, a título gratuito... Mas, no decurso da conversa, foi alvitrandando que gostaria de liderar um Ministério da Assistência Social, ao que Salazar respondeu que, acima de tudo, gostaria de tê-lo no Conselho de Ministros, a discutir e analisar os altos assuntos de Estado. Caetano, sempre mordaz e cortante, objectou dizendo que Salazar quase nunca reunia o Conselho, preferindo trabalhar com um ou dois ministros em simultâneo. É então que o ditador lhe dá uma resposta que ficou para a História, ao dizer que o seu método de governação era o do «trabalho irradiado», com a sua pessoa no centro: «é um trabalho irradiado e que vai de mim para cada ministro ou de cada um deles vem para mim, sem os unir a todos nas deliberações.» E, ao dizer

isto, espalmou a palma da mão esquerda, abrindo os dedos e com o indicador da mão direita percorreu cada um deles, numa imagem bem sugestiva do que pretendia afirmar, isto é, que, fiel à máxima *divide et impera*, era ele, ao cabo e ao resto, o fulcro de toda a acção governativa.

Marcello sugeriu-lhe que tivesse, para o efeito, um «ministro coordenador», deixando subentendido que se via a si próprio nessa função, de quase vice-chefe do governo. Salazar, naturalmente, passou à frente e acabou oferecendo-lhe a pasta das Colónias, que Caetano aceitou com gosto («Ah, isso é outra coisa!»), não sem antes perguntar se seria para prosseguir a política centralista até então vigente, nomeadamente sob a égide do Acto Colonial, ou se era para mudar de rumo, a caminho de uma maior autonomia, algo com que Salazar concordou.

Ao fim de hora e meia de conversa, estava o negócio fechado. Regressou a São Martinho ainda esse dia, sendo informado que tomaria posse dois dias depois.

Ocupou a pasta das colónias durante um período relativamente longo – de Setembro de 1944 a Fevereiro de 1947 –, o que lhe deu ensejo de trabalhar mais de perto com o Presidente do Conselho, ao qual tinha acesso sempre que solicitasse, coisa que só acontecia com um escasso número de ministros (Colónias, Finanças, Negócios Estrangeiros, Economia). Desse convívio reteve a memória de um homem que, ao contrário da imagem feita de ditador, «gostava de ouvir opiniões alheias, de consultar pareceres autorizados, mas não tinha paciência para escutar palavreado retórico e vazio, as dissertações vagas, as ideias confusas, as opiniões estúpidas ou levianas, queria factos precisos, deduções claras e conclusões concretas.» Um apontamento do quotidiano

do ditador: começava a trabalhar por volta das 10 da manhã, com o despacho do gabinete, lia a correspondência e fazia telefonemas até ao meio-dia, hora a que começava as audiências, uma ou duas, não mais, até às duas e meia da tarde; depois, ia almoçar, descansava até às cinco e meia, lendo jornais, informações, um livro ou outro, e a seguir tomava um chá, lia os jornais da tarde, acabados de chegar, e recomeçava as audiências às seis, que iam até às nove ou mais. Jantava e, à noite, lia e descansava. Apesar de raros e espaçados, os Conselhos de Ministros iniciavam-se às seis e meia, sete da tarde, e prolongavam até às nove, dez da noite, às vezes mais.

Marcello Caetano iniciou funções ainda durante a guerra e cessou funções poucos meses antes de a Índia proclamar a independência, a 15 de Agosto de 1947. Assistiu, pois, sendo ministro, ao despontar dos movimentos independentistas de África e da Ásia e ao nascimento das Nações Unidas, em 24 de Outubro de 1945. Foi no seu tempo que se iniciou o litígio com a União Indiana, a propósito da questão de Goa ou, como dizia Nehru, sobre «as condições deploráveis da Índia portuguesa e a necessidade de a integrar na mãe-pátria.» O seu consulado seria marcado, no plano legislativo, pela criação de um Fundo de Povoamento e de um Gabinete de Urbanização Colonial, pela reorganização dos serviços de saúde do Ultramar Português e pela reorganização da Escola Superior Colonial. De todas, a alteração mais relevante foi, sem margem para dúvidas, a revisão da Carta Orgânica do Império Colonial Português, no sentido de reforçar a descentralização e a autonomia das colónias.

Mas, muito provavelmente, a grande mudança foi no estilo de fazer política e de governar, mais atento à importância da opinião pública e da imprensa – e renunciando, no fun-

do, o que Marcello fará como ministro da Presidência e, mais tarde, como sucessor de Salazar. Deslocou-se pessoalmente às colónias, num longo périplo de 155 dias pelos cinco territórios africanos – Cabo Verde, São Tomé, Guiné, Angola e Moçambique – acompanhado da sua mulher, do chefe de gabinete e de dois secretários, um deles o jovem licenciado Joaquim Moreira da Silva Cunha (1920-2014), futuro ministro do Ultramar e, mais tarde, da Defesa Nacional. Nessa viagem, e como nota o seu biógrafo Luís Menezes Leitão, fez-se rodear de grande aparato mediático e, sintomaticamente, não se limitou a fazer os discursos da praxe nos palácios dos governadores, antes optou por comunicar com a população através da rádio.

Também sintomaticamente, quando se encontrava em África é surpreendido pela notícia de que a Assembleia Nacional fora dissolvida e que se iriam realizar eleições dentro de 40 dias, a prova provada de que, por mais que tivesse acesso directo a Oliveira Salazar, não integrava o *inner circle* com quem este discutia, e mesmo assim muito pouco, as grandes opções políticas do Estado Novo. De Lisboa vinham ecos longínquos do discurso histórico do chefe do governo, no qual este insinuou a hipótese de abandonar o poder. Com base num telegrama da Reuters, um vespertino de Luanda anunciava mesmo, em letras garrafais, que Salazar casara com a aristocrata Carolina Asseca, mais um indício da sua iminente renúncia. «Tudo isto provocou um verdadeiro levante em Angola: o sobressalto dos amigos, o entusiasmo dos adversários, a hesitação dos tíbios», escreve Marcello Caetano, para dizer, logo a seguir, que, a partir dos seus contactos com Lisboa, recebera a notícia tranquilizadora de que não só era falsa a notícia do casamento como, fiel

aos seus hábitos, Salazar partira para Santa Comba, como sempre fazia nessa altura do ano. O regime podia ficar descansado. Quanto a Caetano, é possível, até provável, que tivesse alimentado, logo nessa ocasião, o sonho de ascender à chefia do governo, pela qual teria ainda de aguardar muitos e muitos anos.

A proximidade de Marcello Caetano a Oliveira Salazar, e ao contrário do que este poderia supor, não o fez diminuir a intensidade e a frequência das críticas que dirigia ao Estado Novo, críticas que, bem entendido, não visavam a instauração de um regime alternativo, mais aberto ou mais democrático, mas a renovação de um modo de fazer política que, estando excessivamente personalizado em Salazar, corria o risco de soçobrar com ele.

Fruto da sua ambição pessoal e dos seus indiscutíveis dotes intelectuais, e da experiência acumulada na Universidade e em vários lugares do Estado, Marcello sentia-se no direito de aspirar à sucessão de Salazar e até, muito provavelmente, julgava-se mais habilitado do que ele a governar o país no novo ciclo iniciado no pós-guerra. Ficara impressionado com certos gestos do ditador, como o ter ordenado que as bandeiras dos edifícios públicos fossem colocadas a meia-haste por ocasião da morte de Adolf Hitler, e não perdia uma ocasião para apontar os erros e os desvios que, em seu entender, o regime ia cometendo. Nunca ou quase nunca teve a ousadia de os atribuir directa e pessoalmente a Salazar, mas, atenta a natureza do Estado Novo, os seus reparos, por vezes cáusticos, tinham um e só um destinatário, o Presidente do Con-

selho, que o ouvia algo agastado, mas que jamais lhe cortou a palavra.

Com o tempo, claro, deixou de ser um conselheiro útil, para se tornar um elemento incómodo, excessiva e declaradamente incómodo, papel que, de resto, Marcello tinha evidente gosto em desempenhar, com isso ganhando fama de «independente» e, mantendo-se sempre dentro das linhas do regime, pavimentando o caminho para uma sucessão há muito ambicionada.

Por outro lado, e contrariando a imagem transmitida pela propaganda, o regime vivia em permanente sobressalto, seja por sucessivas ameaças de golpes, seja pelas tensões verificadas em cada período eleitoral, seja, enfim, pelas disputas e das rivalidades internas, processadas ao mais alto nível, longe dos olhares da opinião pública, mas nem por isso menos intensas – e, de resto, muito típicas dos regimes autoritários e fortemente personalizados. Salazar, de seu lado, alimentava esse teatro de sombras, gerindo as proximidades e as distâncias através de pequenos gestos (por exemplo, a demonstração de afecto por Marcello, aquando do falecimento do pai deste, em Janeiro de 1946) e testando a fidelidade alheia através de um jogo a que se entregava desde que viera de Coimbra, o da insinuação de que iria abandonar o governo a breve trecho, nem que para isso fosse necessário revelar *urbi et orbi* os seus achaques de saúde, o seu cansaço físico e emocional, o seu profundo desapego a um fardo a cada dia mais pesado.

É sobretudo a partir desta fase, do pós-guerra em diante, que se começam a formar «partidos» ou «facções» no interior do regime: Marcello encabeçava os «liberais», desejosos de mudanças, mesmo sem saber-se qual o sentido das mesmas; Santos Costa representava a fidelidade castrense ao Pre-

sidente do Conselho, a defesa à *outrance* de Salazar e do seu legado. E, de permeio, conflitos em surdina, que o chefe de governo arbitrava a seu favor, sobretudo porque, de dia para dia, Óscar Carmona definhava, até em termos físicos e mentais, o que implicou que, desde o fim da guerra até 1951, data da morte do velho marechal, o regime deixou de contar com uma instância arbitral e de controlo que, no passado, foi mais importante do que geralmente se pensa.

Em finais de 1946, as relações entre Marcello e Salazar tinham chegado a um ponto de não retorno: o primeiro, intuiu que a sua posição política, até na corrida para a sucessão, seria reforçada se abandonasse o governo, com isso marcando a sua «independência» e estando naturalmente mais livre para formular críticas e alvittrar caminhos alternativos; para Salazar, por sua vez, era excessivo – e perigoso – o peso que Marcello estava a adquirir no seio do regime, fosse com a sua triunfal viagem pelas colónias, fosse pela alocução que proferiu na Conferência da União Nacional, em Novembro de 1946, fosse, enfim, pela promoção dos seus próximos a importantes lugares do Estado e pelas inúmeras quezílias com outras figuras de primeiro plano, com destaque para Luiz Súpico Pinto (1909-1990) e Fernando Santos Costa.

Em Janeiro de 1947, numa das suas habituais jogadas de mestre, Salazar surpreende tudo e todos com uma remodelação ministerial em que sacrifica o seu ministro das Colónias, oferecendo-lhe em troca a presidência da Comissão Executiva da União Nacional (UN). Marcello aceitou sem pestanejar.

Nos alvares de 1947, Marcello Caetano retomava a regência de Direito Administrativo na Faculdade de Direito e, como ele refere, com indisfarçável prazer, «voltei aos livros para me actualizar.» Politicamente, a presidência da Comissão Executiva da União Nacional tanto poderia ser uma sinecura honorífica e irrelevante como um dos lugares-chave na arquitectura do regime, tanto mais que 1949 iria ser ano de eleições, uma oportunidade para o Estado Novo exhibir a sua força e a sua capacidade de adaptação às novas circunstâncias do mundo do pós-guerra.

Os problemas, contudo, começaram antes sequer da tomada de posse da nova comissão executiva, ou antes por causa dela: agendada a cerimónia para Évora, a 4 de Março de 1947, dois antes realizou-se nessa cidade uma homenagem a Botelho Moniz (1900-1970), num claro condicionamento dos novos dirigentes da União Nacional. Para mais, nessa homenagem falou Santos Costa, eterno rival de Caetano, e em termos que este considerou contrários à nova orientação política que a UN deveria assumir. Marcello, claro, queixou-se em carta a Salazar, que, como sempre, tentou aplacar a contenda, reservando para si o papel de árbitro entre o «partido militar», personificado em Santos Costa, e a formação político-civil de apoio ao regime.

Pode dizer-se, sem receio de exagero, que a presidência da Comissão Executiva da União Nacional foi, de todos os cargos que Marcello Caetano ocupou até à morte de Salazar, aquele que mais dissabores lhe trouxe e aquele onde foi menos feliz, desde logo porque todos os outros ora apelavam ao seu espírito «fazedor» (ministro das Colónias, ministro da Presidência), ora reclamavam a intervenção dos seus dotes de jurista e de académico (presidência da Câmara Corporati-

va). A liderança da União Nacional era um cargo eminente e exclusivamente político, no qual Marcello não poderia fazer valer as suas credenciais universitárias, nem, do mesmo passo, mostrar «obra feita», realizações concretas e palpáveis. Tal não significa, obviamente, que desdenhasse a política, bem pelo contrário, nem tivesse altas aspirações nesse domínio. Simplesmente, Salazar confiou-lhe a chefia da UN mas não lhe deu nem os meios nem a liberdade de acção correspondente a um lugar que, em teoria, era de importância política crucial, mas que, na prática – ou, se quisermos, na visão do ditador –, era predominantemente honorífico e de gestão corrente das abundantes quezílias e pequenos atritos entre caciques locais e outras figuras de segundo plano.

Não admira, assim, que, ao fazer o balanço do seu mandato, Caetano haja escrito, pesaroso: «os dois anos, contados quase dia a dia, durante os quais estive à testa da União Nacional, constituem um período difícil da minha vida pública, que preferia não recordar...». Mais adiante, escreve:

«Eu aceitara a presidência da Comissão Executiva da União Nacional, com todos os seus encargos e inconvenientes, no desejo de prestar um serviço ao regime, em cujas fileiras militava, e ao dr. Salazar. E aceitara-a convencido de que encontraria condições de trabalho para prestar esse trabalho, sobretudo através de assíduo contacto com o Governo que me permitisse opinar sobre as mais importantes providências políticas e estar informado das orientações adoptadas, de forma a cumprir a dupla missão de que me julgava investido: representar a opinião do País junto do Governo, esclarecer essa opinião sobre os actos deste.

Mas a breve trecho compreendi que seria afastado da vida governamental. Salazar recebia-me pouco. O Ministro do Interior, meu querido amigo, homem de grande nobreza de carácter e puro idealista, depressa se sentiu solidário com a hierarquia das autoridades administrativas locais que ou tinham na sua dependência as comissões da União Nacional ou combatiam encarniçadamente qualquer tentativa de autonomia de acção delas, originando a formação de grupos situacionistas que dividiam nas localidades os amigos do regime. (...)

O meu papel reduzia-se, pois, a receber todos os dias influentes políticos da província que me vinham expor pequenas questões locais ou solicitar a minha intervenção para obterem o deferimento pelos ministros de pretensões por eles apadrinhadas e outras pessoas igualmente portadoras de pedidos para este ou aquele. Uma vez traduzi esta situação a Salazar dizendo-lhe que, assim como havia em Lisboa um "Agente Geral das Colónias" para receber e encaminhar os assuntos do Ultramar na Metrópole, o presidente da União Nacional era uma espécie de agente geral da Província em Lisboa...»

A decepção começara logo no primeiro dia, quando entrou no gabinete onde iria trabalhar, na sede da UN, ao Largo Trindade Coelho, em Lisboa. Estava uma tarde triste e chuvosa, o secretário-geral da organização apresentou-lhe os escassos funcionários da mesma, habituados a pouco ou nenhum trabalho, salvo nos períodos eleitorais. «Entrou-me na alma uma melancolia que era quase desânimo. Como ia eu pegar naquela organização tão pouco organizada?»

Aos conflitos com o «partido militar» cedo se juntaram outros atritos, designadamente com o ministro da Educação, Pires de Lima (1906-1970), sobre o qual Marcello não poupa as palavras, na sua eterna animadversão a Coimbra e aos seus doutores: «conhecia mal o meio de Lisboa, tinha uma inteligência mediana e aos defeitos característicos dos lentes conimbricenses juntava um feitio pessoal talvez demasiado tímido, que dificultava a sua aproximação das outras pessoas e o fazia reagir mal em muitos casos em que o diálogo franco poderia conduzir a soluções aceitáveis.» Em causa estava uma greve académica decretada em Maio de 1947, que levou a uma intervenção policial excessiva na Faculdade de Medicina, com agressões a torto e a direito, o que provocou natural comoção em toda a Universidade. À semelhança do que ocorrerá anos depois, Marcello colocou-se do lado dos estudantes, queixou-se ao ministro e a Salazar, mas não teve ganho de causa, o mesmo sucedendo quando, pouco tempo depois, viu o professor Celestino da Costa (1884-1956), seu amigo, ser afastado compulsivamente do ensino devido ao seu desalinhamento com o regime.

Em Julho de 1947, escrevendo a partir da Suíça, onde se deslocara como chefe da delegação portuguesa à Conferência Internacional do Trabalho, Marcello queixava-se a Salazar, dizendo que «o Governo tem orientado a sua política interna sozinho e continua a ser a *única* realidade política activa, apoiado no aparelho administrativo e nas polícias.» Desiludido, achava-se marginalizado, minorizado, ou, nas suas palavras, «reduzido a servir de intermediário entre a província e o Ministério do Interior para a escolha de governadores civis e de presidentes das câmaras, e para a transmissão de pretensões de filiados da União Nacional: não é, realmente,

um brilhante papel!» Em resultado disso, comunicava a Salazar a intenção de sair.

Já em Lisboa, o ditador convenceu-o a ficar mais uns tempos, desde logo porque se aproximava uma eleição presidencial e era necessário contar com a acção da UN. Marcello anuiu.

Com a chegada ao fim de mais um mandato de Óscar Carmona, o presidente da comissão executiva da UN seria um dos que sugeriu que Oliveira Salazar fosse elevado à chefia do Estado, o que teria desimpedido o caminho para São Bento e antecipado, em vários anos, o problema da sucessão do Presidente do Conselho. Percebendo a manobra, Salazar naturalmente declinou a oferta da Presidência da República e acabou por impor a recandidatura de Carmona.

Terminada a campanha e feita a eleição, com a previsível vitória do candidato do regime, Marcello forçou a nota, publicando nas páginas de *A Voz* um artigo ferozmente crítico de um decreto do ministro da Educação, que Salazar interpretou, e bem, como uma despedida das funções que exercia na UN: «creio que terá sido seu intento marcar uma atitude que não lhe permita desistir do pedido da presidência da Comissão Executiva da União Nacional (...) E assim não me parece possível insistir mais: direi para a imprensa que foi aceite o pedido de demissão e solicitarei ao Ulisses Cortês [1909-1975] e ao Vigon que continuem a assegurar o expediente enquanto se não reorganiza a Comissão Executiva. O desgosto com que lhe escrevo esta carta não diminui em nada o reconhecimento que lhe devo pela sua dedicação pessoal e pelos serviços prestados à frente da Comissão Executiva da UN.»

Marcello estava de novo livre. Por pouco tempo.

Em Novembro de 1949, por interposta pessoa, Salazar sondava-o se aceitaria regressar à Câmara Corporativa, onde estivera nos seus alvares, na década de 1930. E, mais ainda, se aceitaria ser o próximo presidente da mesma. Surpreendido, aceitou – e, no dia 25 de Novembro de 1949, era eleito pelos procuradores, por larga maioria, para substituir José Gabriel Pinto Coelho (1886-1978) na presidência da Câmara Corporativa.

Começava, assim, a desenhar-se um padrão nas relações entre Marcello Caetano e Oliveira Salazar e, em consequência, na evolução da trajectória do primeiro no seio do regime: querendo tê-lo por perto, fosse porque confiava no seu talento e nos seus dotes, fosse porque não pretendia deixá-lo à solta, Salazar convidou-o para sucessivos cargos, que Marcello ia aceitando com entusiasmo moderado, quase a contragosto. Mais ainda: percebendo o intuito do Presidente do Conselho, Caetano nunca se inibiu de, no exercício de várias funções, expor as suas críticas, marcar distâncias, mostrar que era uma «voz independente» no seio do Estado Novo. Em privado, escrevia amiúde a Salazar, com queixas várias, críticas de fundo e de circunstância. E, em público, opinava nos jornais, proferia palestras em estilo mais ou menos contundente, sentindo que tinha direito a fazê-lo, mesmo no quadro de uma ditadura, e percebendo que essa era a melhor forma de firmar a sua posição perante o regime e perante o país. Além de cálculo político, essa era a atitude que melhor correspondia à imagem que Marcello tinha de si próprio, a de alguém que, pelas suas qualidades intelectuais e pelo trabalho, chegara aos mais altos cumes, na Universidade e na

política, na vida pública do país, a isso juntando uma cultura humanística, sobretudo no domínio da História, e uma experiência que o fizeram conhecer, como poucos, os vários domínios da acção do Estado: as instituições do poder, cuja arquitectura ajudara a delinear na génese da Constituição de 1933; a máquina da administração, cuja disciplina jurídica concebera seja como professor de Direito Público, seja como coautor do Código Administrativo; as colónias ultramarinas, de que fora ministro; a Universidade e a cultura, sobretudo no campo da investigação científica; a política, ao nível nacional e local, com que lidara enquanto presidente da Comissão Executiva da União Nacional. Se a isso juntarmos uma vasta rede de sociabilidades, tecida ao logo de anos, e a sua proximidade à imprensa escrita, bem como à Igreja e aos seus organismos, concluiremos que poucos, talvez nenhuns, estavam tão apetrechados como Marcello Caetano para aspirarem à sucessão de António de Oliveira Salazar.

Contudo – e daí o seu drama –, enquanto Salazar permanecesse em funções, atento e actuante, o máximo que alguém como Marcello poderia ter eram cargos cimeiros do Estado, cimeiros decerto, mas comprometedores da sua independência e das suas aspirações. Em face disso, procurou situar-se numa posição difícil, de equilíbrio instável, a qual era não propriamente a de um opositor, mas a de um *crítico a partir de dentro*, o que, como é natural, implicava uma permanente insatisfação, no plano pessoal, e gerava cíclicos e recorrentes atritos com a «Situação» e o seu principal protagonista, que decerto deve ter notado que, de todos os que se reuniam à sua volta, Marcello era um dos mais bem preparados para lhe suceder – o que, por isso mesmo, obrigava a cuidados redobrados e a periódicas medidas correctivas ou disciplinadoras.

Assim, e em suma, surpreende, por um lado, a variedade de cargos que Caetano sucessivamente desempenhou e, por outro, o escasso período em que os ocupou, bem como a forma abrupta e desiludida com que sempre terminou funções, nunca ou raramente exercendo um mandato até ao fim.

Na presidência da Câmara Corporativa, não tardou muito tempo a que surgisse um incidente que de novo toldou as suas relações com o chefe do governo. Em causa esteve uma conferência proferida por Marcello no início de 1950, com o título «Posição actual do corporativismo português», muito crítica da anunciada criação de um Ministério das Corporações, que ele, numa *boutade* que fez época, afirmou fazer tanto sentido num Estado corporativo como a criação de um Ministério da Liberdade num Estado liberal.

Entrado depois em funções, novos motivos de crítica, sendo o principal o facto de os deputados da Assembleia Nacional e os ministros pouco ou nada ligarem aos pareceres da Câmara Corporativa, de irrepreensível qualidade técnica e elaborados por personalidades eminentes nas suas áreas de especialização. Marcello, no fundo, fazia a mesma queixa que antes formulara a propósito da Comissão Executiva da União Nacional, a de que a Câmara era um órgão de primeiro plano no travejamento da Constituição de 1933, mas que, na prática, era menosprezada pelos restantes poderes do Estado. A um institucionalista como Caetano decerto deve ter impressionado tamanha discrepância entre a fachada do texto constitucional e a prática do regime, mas o facto é que foi esse o desígnio de Salazar na concepção da Lei Fundamental do Estado Novo.

Ainda assim, no tempo da presidência de Marcello Caetano, a Câmara Corporativa foi chamada a pronunciar-se,

entre o mais, sobre a revisão constitucional de 1951, que integrou, modificando-o, o Acto Colonial no texto da Constituição (Marcello foi o autor do extenso parecer da Câmara sobre o tema, num sentido claramente contrário ao da proposta governamental, o que abriu um novo foco de tensão com Salazar.) E, noutro plano, participou activamente no melindroso jogo político desenrolado após a morte de Óscar Carmona, em Abril de 1951. Teve, então, uma das suas mais importantes intervenções políticas de sempre, ao afirmar-se como o principal rosto da oposição àqueles que, como Mário de Figueiredo (1890-1969), Santos Costa, João Lumbrals, Cancela de Abreu (1895-1965) e outros, viram no inesperado falecimento do velho marechal o pretexto há muito aguardado para a restauração da Monarquia em Portugal – ou, pelo menos, para o lançamento das bases para que ela viesse a ocorrer a prazo.

Na contenda então travada, Marcello contou com um aliado de peso, o próprio Salazar, para qual a questão monárquica não deveria colocar-se, ao menos naquele momento, e foi com o incentivo deste que Caetano proferiu em Coimbra um discurso celeberrimo em que deitou por terra as aspirações restauracionistas. Antes disso, tentou, uma vez mais – e uma vez mais sem sucesso –, que Salazar se candidatasse à Presidência da República, dizendo que o fazia de forma totalmente desinteressada, e que, caso Salazar aceitasse o repto, não aceitaria quaisquer funções de governo. Perante a intransigência do ditador, escolheu-se Craveiro Lopes (1894-1964), com quem Marcello irá ter afinidades políticas ditadas, em larga medida, pelo facto de ambos serem dois dos principais representantes do «partido republicano» contra os que, como se viu, almejavam restaurar a Monarquia.

Essa atitude valeu-lhe, segundo conta em *Minhas Memórias de Salazar*, uma «persistente campanha, em que não faltavam as insídias e desconsiderações pessoais», promovida pelos sectores monárquicos. Em Julho de 1952, Craveiro Lopes recompensou os seus serviços à causa republicana e, muito provavelmente por iniciativa de Salazar, ou certamente com a anuência deste, nomeou-o membro vitalício do Conselho de Estado.

Mais tarde, quando Craveiro Lopes e Salazar discutiam uma remodelação ministerial, na qual o nome de Marcello Caetano era um dos falados para ocupar o cargo de ministro da Presidência, travaram ambos um interessante diálogo, descrito em *Minhas Memórias de Salazar*:

«-Este [Marcello Caetano] é o melhor de todos! Este é que convinha que estivesse junto do senhor Presidente para recolher os seus ensinamentos!

Salazar respondera:

– Sem dúvida. Mas com certeza não aceitará. Dada a situação que tem, a vinda para o Governo representaria para ele um enorme transtorno.

Ao que Craveiro Lopes replicara:

– Pois olhe que tenho razões para crer que se V. Ex. o convidar ele não lhe dirá que não...

Salazar olhara por cima dos óculos, com o papel na mão, e perguntara:

– Seria então o delfim...?

– E porque não – disse Craveiro Lopes.»

Não muito depois (domingo, 26 de Junho de 1955), Salazar ligou-lhe, pedindo para passar em São Bento. Recebeu-o

na companhia de João Lumbrales, e convidou-o para regressar ao Governo, dando-lhe a escolher a pasta da Presidência ou a das Corporações. Marcello afirmou que o serviria em qualquer lugar, mas foi adiantando que tinha «bastante personalidade» e «uma posição marcada demais para ser o colaborador ideal de V. Ex.» Aludiu também ao risco de a nomeação como ministro da Presidência ser um sinal de eventual sucessão, com isso acicatando a hostilidade dos monárquicos. Indiferente a tais argumentos, Salazar terminou a conversa com um irrespondível «o assunto está arrumado» e Marcello acabou ministro.

Sintomaticamente, naquilo que foi um padrão seu, definidor de uma conduta, de um modo de estar na política, mas também de uma personalidade, confessou, muitos anos depois, que, nesse dia, quando chegou a casa, «deveria ter escrito uma carta a recusar pura e simplesmente o convite recebido.» O remate é elucidativo: «Não escrevi a carta... Deixei-me assim enlear num enredo que ia amargurar-me a vida por bastantes anos.»

Marcello Caetano foi ministro da Presidência durante três anos, sensivelmente, de 1955 a 1958, podendo dizer-se que a infelicidade que então viveu na política (o tal «enredo que ia amargurar-me a vida por bastantes anos») não tem correspondência com as realizações que logrou enquanto ministro.

Pode afirmar-se, sem exagero, que foi como ministro da Presidência, tanto ou mais do que como chefe de governo, que Marcello pôde evidenciar-se como político cosmopolita e como governante modernizador e reformista, assim mar-

cando claramente uma diferença – a *sua* diferença – em relação a Salazar e ao seu estilo.

À entrada para o Governo, obtém logo uma importante vitória, ao conseguir colocar no novo executivo personalidades que lhe eram próximas, como o ministro da Educação, Francisco de Paula Leite Pinto (1902-2000) – ademais, em substituição do coimbrão Pires de Lima –, e o das Corporações e Previdência Social, Henrique Veiga de Macedo (1914-?) – em substituição de Soares da Fonseca (1908-1969), seu inimigo político¹. Além destes, o seu grande amigo Baltazar Rebelo de Sousa (1921-2002) é nomeado subsecretário de Estado da Educação e José Guilherme de Melo e Castro (1914-1972) entra para a subsecretaria de Estado da Assistência Social.

Na época, a maior proximidade a Salazar – no fundo, o grande barómetro da vida política no Estado Novo – deu ensejo, inclusive, a uma anedota de café, que Marcello conta nas suas *Memórias*: a pretexto de um dos filmes da altura, *Marcelino, Pão e Vinho*, dizia-se que «o Marcelo agora é *Marcelino, Pão e Vinho*», «porquê?», «então não vês que fala todos os dias com o ‘Senhor’?»

Confirmando o dito, Marcello recorda, com gosto, que era raro o dia em que não se encontrasse com Salazar ao final da manhã e, com frequência, também à tarde, para reuniões do «conselho privado» que o Presidente do Conselho ouvia regularmente.

1 Na biografia de Marcello Caetano da autoria de Luís Menezes Leitão (*Marcello Caetano. Um destino*, Lisboa, 2014) afirma-se que «na pasta da Economia, [Marcello Caetano] colocou outro amigo seu, Camilo de Mendonça» (p. 359), mas trata-se de um evidente lapso, porquanto Camilo de Mendonça (1921-1984) nunca exerceu funções governativas e a pasta da Economia foi ocupada por Ulisses Cortês, que a vinha exercendo, de resto, desde 2 de Agosto de 1950, data em que substituiu Castro Fernandes (1903-1975).

E, além do aumento do peso político, a pasta da Presidência permitiu também que o seu titular evidenciasse os seus inegáveis talentos de «fazedor», desmultiplicando a sua acção por inúmeros e bem complexos assuntos, mobilizando e coordenando equipas, chamando os técnicos mais competentes, quase sempre sem grandes considerações sobre as suas opções políticas. Vivia-se então, por toda a Europa, a moda do planeamento económico, encarado como alternativa ao capitalismo desenfreado e à planificação estatista dos países de Leste, cabendo ao ministro da Presidência liderar a execução do I Plano de Fomento e coordenar a elaboração do II Plano, para 1958-1964. Competiu-lhe, também, chefiar as delegações ministeriais permanentes aos conselhos de ministros da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), futura OCDE, e da NATO, de que Portugal foi membro fundador.

Graças ao contexto da Guerra Fria, Portugal conseguiu vencer o ostracismo internacional que, em princípio, a natureza do seu regime deveria provocar entre as nações democráticas do Ocidente, as quais se mostraram dispostas a tolerar um governo autoritário do Sul da Europa desde que isso contribuísse para fazer face à ameaça vinda de Leste. Marcello Caetano foi, em larga medida, o rosto dessa abertura ao mundo (coube-lhe, por exemplo, superintender a representação portuguesa na Exposição Internacional de 1958, em Bruxelas), que a breve trecho seria posta em causa pela invasão de Goa pela União Indiana e, acima de tudo, pela irrupção dos movimentos independentistas africanos.

Sob a sua alçada encontrava-se igualmente o Secretariado Nacional de Informação, o que lhe deu o ensejo de ser o introdutor da televisão em Portugal, facto que recorda com

agrado nas suas memórias e que, anos vindouros, já na chefia do governo, lhe permitiu protagonizar as célebres «Conversas em Família», porventura o instrumento de propaganda mais poderoso do marcelismo.

Além da participação portuguesa na NATO e na OCDE, da coordenação dos planos de fomento, da organização da participação portuguesa na Exposição de Bruxelas, Salazar confiou-lhe outras importantes missões, que Marcello cumpriu com indiscutível brilho, como a concretização da vontade testamentária de Calouste Gulbenkian, com a aprovação, pelo Decreto-Lei n.º 40.690. de 18 de Julho de 1956, dos estatutos da fundação com o seu nome, e a organização da histórica visita da rainha Isabel II a Portugal, em Fevereiro de 1957. É, por isso, manifestamente exagerado o juízo negativo que faz sobre o seu consulado ministerial, sobre o qual afirmou que, das poucas ocasiões em que teve «a alegria de fazer alguma coisa de concreto e útil», foi quando, em articulação com o ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira (1907-1982), concretizou o plano de destruição das «ilhas» do Porto, na Primavera de 1956.

Aos poucos, ia agregando em torno de si um conjunto de personalidades que, nos anos vindouros, virão a constituir o «partido marcelista». A lista é extensa: Silva Cunha, Baltazar Rebelo de Sousa, César Moreira Baptista, Manuel de Andrade e Sousa, Correia de Campos, Clemente Rogeiro, Esteves da Fonseca, Mário de Oliveira, Carlos da Silva Gonçalves, Pedro Guimarães, Francisco Vale Guimarães, Bernardino Pereira Bernardes, Almeida Cotta, Daniel Barbosa, Camilo de Mendonça, Gonçalo Mesquitela, Correia de Barros, Eurico Serra, Jaime Rodrigues Loureiro, Manuel Nunes Barata, João Dias Rosas, Lopo Cancela, Fernando Rogeiro, Afonso

Marchueta, Moreira Ribeiro e Alberto Lemos Mesquita. Com o tempo, o núcleo dos seus apoiantes passará a ser conhecido como «grupo da Choupana», em São João do Estoril, e, além do aconselhamento e do suporte político, o convívio com estes próximos terá servido de lenitivo a Marcello Caetano numa fase em que a doença psíquica da sua mulher dava sinais de agravamento.

A aproximação de um novo ciclo eleitoral – com legislativas em 1957 e presidenciais em 1958 – intensifica a actividade política e, com ela, a teia de intrigas, rumores e boatos que recorrentemente atravessavam o Portugal paroquial do salazarismo. Marcello aproxima-se de Craveiro Lopes, ou vice-versa, desde logo na animosidade contra Santos Costa. E Salazar, de seu lado, por certo não terá gostado que se pensasse na sua sucessão, designadamente após o Presidente da República lhe ter falado em Caetano como seu eventual «delfim.» Quando o chefe do governo reúne o seu «conselho privado» para discutir o nome do candidato da UN às presidenciais de 1958, Marcello Caetano e Trigo de Negreiros (1900-1973), ministro do Interior, pronunciam-se a favor da reeleição de Craveiro Lopes, contra o parecer de João Lumbrals, Albino dos Reis (1888-1983) e Mário de Figueiredo. Mais decisivamente, no dia em que a Comissão Central da União Nacional se reúne para ratificar a escolha de Américo Thomaz (1894-1987), Marcello Caetano prima pela ausência, num gesto prenhe de significado, que não deixará de marcar para sempre o relacionamento entre ambos, seja na etapa final no Estado Novo, seja no exílio no Brasil, após 1974.

Por trás da fachada propagandística de um país sereno e ordeiro, o regime de Salazar deixara-se enredar num ambiente de permanentes quezílias e rivalidades intestinas, com

a formação de grupos e subgrupos, que o ditador alimentava e geria até certo ponto, mas que começavam a escapar-lhe ao controlo. O «terramoto Delgado», nas eleições de 1958, desnudara os conflitos do regime, pondo em causa a imagem de um apoio incondicional e unânime ao Presidente do Conselho: Humberto Delgado (1906-1965) tinha sido, até há pouco, um dos mais fervorosos partidários do Estado Novo e do seu chefe e, com a sua candidatura, não só mostrara que Portugal estava dividido, cada vez mais dividido, como expusera as suas debilidades no plano político, mas também, ou sobretudo, no plano social, com a persistência de atrasos e bolsas de pobreza e de miséria inconcebíveis num país que pretendia projectar-se como europeu e moderno.

No início de Agosto de 1958, o Presidente do Conselho convoca o ministro da Presidência para uma das suas habituais conversas a dois. O tema era a remodelação governamental. Ao fim de duas horas de diálogo, Salazar referiu a necessidade de ver-se livre de Santos Costa, Marcello negou encabeçar um «partido» e, menos ainda, que este rivalizasse com o do ministro da Defesa. Dias depois, a 14 de Agosto, o *Diário do Governo* publica os decretos com a exoneração de ambos, sendo Marcello substituído pelo seu velho amigo Pedro Theotónio Pereira, agora colocado no lugar de «delfim» e, por isso, posicionado como candidato à sucessão do Presidente do Conselho.

Nesse mesmo dia, meia-hora antes da tomada de posse do novo governo, Marcello apresenta a Américo Thomaz a sua renúncia de membro vitalício do Conselho de Estado e, depois da posse, escreve a Salazar uma emotiva carta de despedida, na qual dizia que, naquele dia, terminava a sua vida política, cessando o exercício de todos os cargos que

detinha: membro da Comissão Central da União Nacional, membro do Conselho de Estado. «Nunca o esquecerei e recordarei sempre com orgulho a colaboração que tive a honra de lhe prestar», dizia, acrescentando: «Escuso de lhe dizer, Sr. Presidente, quantas felicidades lhe desejo: não são apenas os sentimentos do amigo, que obscuramente continuarei a ser; são também as conveniências, os interesses, os anseios de português que me ditam esses votos sinceríssimos.»

Era, a partir de então, um homem livre de compromissos com o Estado Novo, excepto os que resultavam da sua ambição de nele continuar a ter um lugar de relevo, mesmo que, por ora, afastado da política activa e do seu cortejo de intrigas. Regressado à Universidade, começou a sua travessia do deserto.

**PODE DIZER-SE, SEM EXAGERO,
QUE FOI COMO MINISTRO DA
PRESIDÊNCIA QUE MARCELLO PÔDE
EVIDENCIAR-SE COMO POLÍTICO
COSMOPOLITA E COMO GOVERNANTE
MODERNIZADOR E REFORMISTA,
MARCANDO UMA DIFERENÇA EM
RELAÇÃO A SALAZAR E AO SEU ESTILO.**

TRAVESSIA DO DESERTO

A década da travessia do deserto, entre a demissão como ministro da Presidência e a chegada à chefia do Governo – ou seja, de 1958 a 1968 –, poderia ter sido das mais venturosas da vida de Marcello Caetano, não fora a grave doença de Teresa. «A minha actividade repartiu-se, nesses dez anos, entre os cuidados a proporcionar a um ente querido e os trabalhos profissionais», escreveu em *Depoimento*, publicado no Brasil.

«Apeguei-me como nunca à Faculdade de Direito, às aulas, ao estudo, a escrever ou reescrever os meus livros (...). Solicitado frequentemente a emitir o meu parecer sobre problemas jurídicos, foi esse decénio também muito fecundo em trabalhos de jurisconsulto. Daí me provinham, aliás, os rendimentos necessários para fazer face às despesas da doença devastadora que assolava a minha casa.»

Após o 25 de Abril, gostava de recordar que os dirigentes dos quatro principais partidos haviam sido seus alunos: um, Álvaro Cunhal, seu inimigo político, outro, Freitas do Amaral, seu discípulo dilecto e sucessor na cátedra de Admi-

nistrativo; Sá Carneiro, mais distante, chegou a ser deputado durante o seu consulado, para resignar ao mandato, desiludido como tantos outros; com Mário Soares teve relações difíceis, pois considerava-o um «mediocre advogado de Lisboa» e, nessa medida, um político impreparado para assumir a chefia do governo. No passado, enfrentaram-se como advogados, num conflito que opôs os herdeiros de Alfredo da Silva (1871-1942), do grupo CUF, e que seria saldado por um acordo quando Mário Soares já se encontrava em São Tomé, deportado por Salazar na sequência do caso «*Ballet Rose*». Soares impugnou essa medida junto do Supremo Tribunal Administrativo e, para o efeito, solicitou um parecer ao seu antigo professor na Faculdade de Direito, que declinou o pedido, considerando que a decisão de deportação não violava a Constituição. Ainda assim, acrescentou que a lamentava, a título pessoal, e que desejava um rápido regresso do seu antigo aluno à Metrópole. Quando ascendeu à Presidência do Conselho, a revogação do exílio de Soares foi das suas primeiras e mais emblemáticas medidas, sinal da «Primavera marcelista» que a breve trecho redundaria em Outono.

Apesar de afastado de funções governativas, Marcello não abandonou a política, longe disso. Transferiu-a, isso sim, para outros lugares e ambientes, nomeadamente o universitário, por um lado, e o conspirativo, por outro. O seu desejo de permanecer na ribalta é patente, desde logo, no facto de ter aceitado o convite do ministro da Educação, Francisco de Paula Leite Pinto, para ser reitor da Universidade de Lisboa, por morte de Vítor Hugo de Lemos (1894-1959), catedrático de Matemáticas. Não tardou muito, porém, a que se desentendesse com o ministro – e seu amigo – num episódio que diz muito sobre a sua personalidade: numa cerimónia públi-

ca, Leite Pinto concedeu primazia protocolar ao director-geral do Ensino Superior, uma vez que este era o presidente da secção de ensino superior da Junta Nacional de Educação, da qual os reitores eram meros vogais. Caetano sentiu-se ofendido, uma vez que tinha sido ministro da Presidência e continuava a ser conselheiro de Estado, dado que o decreto da sua demissão nunca fora publicado pela Presidência da República. Em resultado disso, cortou imediatamente relações com Leite Pinto, naquilo que a uns parecerá apenas uma *petite histoire*, mas que revela bastante sobre a personalidade de Marcello, a quem Salazar, ao que parece, gostava de chamar «um vidrinho», tais eram as susceptibilidades e os melindres a que frequentemente se entregava, fruto de uma elevadíssima autoestima, em parte justificada, dada a inquestionável superioridade do seu intelecto, mas em parte causadora de sucessivos conflitos que, com frequência, tinham motivações do foro pessoal, e não estrita ou necessariamente político.

Não por acaso, um ano depois de assumir funções reitorais iria protagonizar um confronto de grandes proporções com a Universidade de Coimbra, da qual sempre tivera, de resto, uma péssima impressão. Em causa estava uma questão de elevado simbolismo, suscitada no âmbito das comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Para marcar posição, e num gesto com o seu quê de provocatório, Marcello mandou inscrever no programa das comemorações a celebração de uma missa na Igreja da Graça, em Lisboa, a dois passos da casa onde ele próprio nascera, em memória do «Protector da Universidade», um dos títulos do Infante. Com isso, naturalmente, pretendia significar que, em termos de antiguidade histórica, a Universidade de Lisboa detinha primazia sobre Coimbra. Esta, como é óbvio, reagiu e, em

conflito aberto, os senados das duas universidades aprovaram moções inflamadas, cada qual reclamando para si o título de academia mais antiga da nação.

Marcello procurou envolver Salazar na querela, mas este, obviamente, escusou-se, alegando que não lhe competia dilucidar «o mérito da questão histórica» e adiantando que, se o fizesse, daria primazia a Coimbra, e por uma questão puramente pragmática: Lisboa era o futuro e, dentro em breve, seria muito mais relevante do que a Lusa Atenas, pelo que, a título de compensação, deveria poder gozar «intactos os pergaminhos da sua antiguidade e mesmo do prestígio que alguma vez alcançou dos seus professores e do valor dos estudos ali preparados.»

Não se dando por vencido, o reitor de Lisboa voltaria à carga e, em Novembro de 1960, na oração inaugural do ano lectivo, proferiu um discurso duríssimo sobre o «deplorável incidente», falando de uma «campanha multiforme, desenvolvida em larga extensão, contra esta Universidade.» Aludiu a «factos históricos irrecusáveis», demonstrativos da maior antiguidade dos estudos superiores lisboetas, e concluiu dizendo que o progresso da Universidade de Lisboa era de tal forma imparável e pujante que poderia ser «retardado por artifícios», mas jamais detido ou posto em causa. «Cedo ou tarde a realidade se imporá», rematou, premonitório.

Os seus antigos alunos recordam-no quase unanimemente como um professor excepcional, que aliava um profundo conhecimento das matérias que leccionava – e uma acrisolada paixão pela História – a raros dotes pedagógicos e a uma clareza expositiva cristalina, cartesiana. São frequentes, também, as referências ao seu carácter distante e exigente no trato com os alunos, para os quais reservava uma manhã por

semana para esclarecimento de dúvidas relacionadas com a matéria da cadeira ou quaisquer outras que entendessem colocar. Nos exames, tinha fama de difícil, o que lhe valeu a alcunha de «Abominável Homem das Neves» e ainda hoje são recordadas algumas suas observações misóginas, através das quais, segundo se diz, dava a entender que Direito era um curso vocacionado para homens e que as mulheres deveriam preferir os estudos de Letras.

Observava a política à distância, tendo o cuidado de não se deixar envolver em excesso no golpe que Botelho Moniz ensaia em 11-12 de Abril de 1961. Ainda assim, e ao que parece, chegou a ser convidado por uma personalidade próxima dos conspiradores para ser o chefe do governo, caso tivesse êxito o plano de convencer Américo Thomaz a exonerar Salazar. A 22 de Abril, poucos dias depois de o golpe abortar, Oliveira Salazar convoca Marcello Caetano e oferece-lhe a pasta da Economia, sabendo, muito provavelmente, que este recusaria. A remodelação ministerial subsequente levou à saída de duas personalidades próximas de Caetano – Leite Pinto e, sobretudo, Baltazar Rebelo de Sousa – e à ascensão de três dos seus inimigos políticos: Adriano Moreira (1922-2022), para a pasta do Ultramar; José Gonçalo Correia de Oliveira (1921-1976), nomeado ministro de Estado adjunto do Presidente do Conselho; e Franco Nogueira (1918-1993), novo ministro dos Negócios Estrangeiros.

O isolamento de Marcello Caetano era agora maior e, como já notaram alguns dos seus biógrafos, o seu nome chegou a ser apontado, ao lado do de Craveiro Lopes e de Botelho Moniz, como um dos suspeitos do «golpe de Beja», na viragem de ano para 1962. Conotado com a «ala esquerda» do regime, era visto como um alvo a abater pelos «ultras»

da direita, fractura que, vinda de trás, se aprofundará dramaticamente quando assumiu o pesado encargo de substituir Salazar na chefia do governo, sendo este um dos principais escolhos que teve de enfrentar no seu trágico consulado.

Por Amor da Juventude era o título do livro que publicara em 1944, recolhendo intervenções e reflexões como comissário da Mocidade Portuguesa. Agora, à frente da Reitoria da Universidade de Lisboa, Marcello sabe que tem diante de si o futuro escol da nação, como habitualmente lhe chamava, e que a juventude era, ou poderia ser, um dos seus principais aliados políticos. Mantinha, por isso, relações excelentes com os dirigentes académicos, a quem convidava frequentemente para almoçar na Reitoria, então ainda instalada no Campo dos Mártires da Pátria. E, por outro lado, não deixará de capitalizar um dos momentos altos da vida universitária de então, a inauguração, em Dezembro de 1961, do novo e imponente edifício da Reitoria, enquadrado na nova e moderna Cidade Universitária, para onde foram transferidas as Faculdade de Direito e de Letras.

Logo a seguir, na crise académica de 1962, motivada pela proibição das comemorações do Dia do Estudante, ditada por uma decisão desastrada do ministro da Educação, Lopes de Almeida (1900-1980), o reitor coloca-se ao lado dos alunos, discordando aberta e frontalmente quer da decisão do ministro da Educação, quer, sobretudo, da ordem dada pelo ministro do Interior, para que a PSP ocupasse a Cidade Universitária. Ao fim de alguns dias de tumultos, e tendo Salazar avalizado a decisão de Lopes de Almeida através de uma nota oficiosa publicada nos jornais, Marcello Caetano acaba por demitir-se. Uma vez mais, não tanto por uma questão política de fundo e de substância, já que não nutria quaisquer

simpatias pela realização do Dia do Estudante e até entendia que as comemorações não ocorressem. O que pesou, como sempre, foi ter-se sentido ferido no seu pundonor e no seu orgulho pessoais, já que o ministro não lhe concedera a audiência que tinha pedido e conduzira todo o processo sem o consultar, pelo menos nos termos em que Marcello considerava exigíveis.

«Foi uma experiência apaixonante, mas de que saía mais decidido ainda a remeter-me exclusivamente à vida privada», diria anos depois, num balanço breve do que seu breve reitorado. Agora, de facto, estava inteiramente livre de ligações ao regime, dedicando-se por inteiro às aulas e aos pareceres de Direito, que lhe permitiam ter uma existência mais confortável. Em 1960, mudara-se para uma moradia na Rua Duarte Lobo, em Alvalade, onde pôde, enfim, instalar a sua vasta biblioteca e ter um escritório de trabalho, o que lhe permitiu acompanhar de perto a evolução da doença da mulher, que morrerá em 1971, um drama doméstico de enorme importância para o desenlace do seu consulado como Presidente do Conselho, mas a que não se tem dado o devido e merecido relevo.

Por um singular paradoxo, é quando Marcello Caetano se encontra mais longe do poder que mais se aproxima dele. Além dos fiéis do «grupo da Choupana», e da fama de «liberal» que conquista aos olhos do país, tece uma densa e extensa rede de contactos nos meios académicos, em Portugal, mas também no Brasil e em Espanha², e nos meios económicos e

2 Assim, por exemplo, em 1963, foi convidado para o corpo docente da Faculté Internationale pour l'Enseignement du Droit Comparé, com sede em Estrasburgo, e começou a reger um curso no 3.º ciclo. Em 1964, organizou em Lisboa um curso da Faculdade de Direito Comparado (179 estudantes inscritos de 31 nacionalidades diferentes). No final, o Conselho da Faculdade – onde havia professores ingleses, americanos, fran-

empresariais, a juntar aos que já detinha na política, na imprensa e nas forças armadas.

Por muito que desagradasse aos «ultras», era um nome incontornável para a sucessão de Salazar, a qual se tornava cada dia mais próxima e provável, fosse pelo avançar da idade, fosse pelos sucessivos sobressaltos que o regime ia vivendo, sobretudo desde o *annus horribilis* de 1961, com duas tentativas sérias de golpe militar, a humilhante invasão de Goa e o início das guerras em África.

Agora, era só uma questão de tempo.

ceses, italianos, jugoslavos, canadianos, gregos, belgas, suíços, polacos, alemães, espanhóis, austríacos, soviéticos, suecos, checoslovacos, etc. – elegeu-o, por unanimidade, seu vice-presidente.

SUCCESSOR DE SALAZAR

Tantas opiniões díspares! Cada cabeça sua sentença! Fica-se aturdido», desabafou Américo Thomaz na sua agenda, a 19 de Setembro de 1968. Por esses dias, o venerando almirante auscultava dezenas de personalidades – mais de quarenta! – sobre um problema que nunca pensara vir a enfrentar, a escolha do nome para suceder a António de Oliveira Salazar na presidência do Conselho de Ministros.

«Sinto-me abraçado e perplexo, no meio de tantas opiniões desencontradas quanto ao que deve fazer-se», anotou Thomaz no dia seguinte, desalentado, confundido.

No início de Agosto, Salazar tivera um acidente doméstico no Forte de Santo António, no Estoril: ao sentar-se numa cadeira de lona, esta cedeu e o ditador acabou por embater com violência nas lajes do terraço do forte onde veraneava. Só dias depois é visto pelo seu médico assistente, Eduardo Coelho, que recomenda vigilância. De permeio, em finais do mês, ainda efectua uma profunda remodelação governamental, substituindo os titulares das pastas do Interior, das Finanças, do Exército, da Marinha, da Educação Nacional,

das Comunicações e da Saúde e Assistência, mas no início de Setembro, como o seu estado de saúde se agravasse, dá entrada no Hospital de São José e no Hospital dos Capuchos para a realização de exames. Daí seria transportado para o Hospital da Cruz Vermelha, onde, na madrugada de 7 de Setembro, foi sujeito a uma intervenção cirúrgica para remoção de um hematoma intracraniano. O paciente recupera bem, entra em convalescença – e ao hospital acorre um infundável cortejo de individualidades, todas querendo marcar presença perante o país inteiro, que acompanhava *pari passu*, através dos jornais e da televisão, o desenrolar dos acontecimentos. Marcello, claro, não deixou também de ir à Cruz Vermelha, pese encontrar-se afastado da vida política há cerca de dez anos (e, note-se, fazendo-o só depois de saber que a trombose que afectara Salazar era irreversível). Com esse gesto, entre tantos outros, sinalizou o desejo claro de se posicionar na corrida à sucessão do único homem político a quem reconhecia superioridade, como referiu o seu filho, Miguel Caetano, o qual reconhece o óbvio, que o pai «era um homem ambicioso: tinha ambição social, tinha ambição política, tinha ambição profissional», à qual sempre juntou um enorme «espírito de missão.»

A 16 de Setembro, Salazar sofreu uma hemorragia interna no hemisfério cerebral direito, que lhe provoca um grave acidente vascular cerebral que o faz entrar em coma profundo e com respiração assistida por um ventilador. «Agravou-se inesperadamente o estado de saúde do Prof. Salazar», anunciou *O Século*, escrevendo o *Diário de Notícias*: «Horas de emoção – Salazar piorou.» Sintomaticamente, o oficioso *Diário da Manhã* não deu qualquer notícia do agravamento do estado de saúde do Presidente do Conselho.

No dia seguinte, informado de que o estado de saúde Salazar era irreversível, Américo Thomaz reúne o Conselho de Estado, ao qual comparecem todos os membros, excepto o Procurador-Geral da República, Manso Preto (1924-1993), ausente de Lisboa, incluindo Marcello Caetano. O aparecimento deste na reunião causou enorme surpresa entre os conselheiros de Estado, especialmente entre os que lhe eram mais hostis. Era público que Marcello se demitira do Conselho em 1958 e, mesmo que Thomaz nunca tivesse oficializado a exoneração, o certo é que, em dez anos, nunca comparecera a qualquer reunião daquele órgão, do qual se considerava desvinculado «de facto.» Alegou que ali estava, por insistência de amigos seus, os quais sustentavam a «tese de que não deveria naquele gravíssimo momento deixar de dar todo o seu concurso ao Chefe do Estado.»

Por aqui se vê até que ponto Marcello Caetano, como qualquer jurista hábil, sabia usar e manipular o Direito para servir os seus intentos: umas vezes, proclamava que regressara por inteiro à vida privada, tendo abandonado todos os cargos que detinha no Estado Novo, inclusive o de membro do Conselho de Estado; mas, neste momento crucial e decisivo, reassumiu o lugar de onde estivera ausente durante uma década, apegando-se ao argumento formal de que o decreto da sua exoneração nunca fora publicado no *Diário do Governo*. No fundo, pretendia conciliar o inconciliável: transmitir ao país uma ideia de desapego e indiferença pelo poder, numa linha desde sempre cultivada por Oliveira Salazar, com isso pretendendo dissimular a sua indómita vontade de ser chefe de governo.

Reunido os conselheiros de Estado, todos confiaram em Thomaz a decisão final a tomar, o que, além de óbvio, por-

quanto o Conselho não tinha funções deliberativas, era uma forma de demonstrar apoio ao Presidente da República, cuja relevância subira exponencialmente naquele momento, e, por outro lado, de endossar-lhe a responsabilidade última pela opção que viesse a ser tomada, a qual, naquele concreto circunstancialismo, iria ser fatalmente controversa e contestada pela facção vencida.

Se houve unanimismo quanto a este ponto, o mesmo não se dirá sobre um outro, mais sensível. Aí, o Conselho dividiu-se, com uma maioria – Mário de Figueiredo, Pires de Lima, Furtado dos Santos (1912-1987), Santos Costa, Theotónio Pereira, Antunes Varela (1919-2005) e Soares da Fonseca – a pronunciar-se contra a substituição em vida do Presidente do Conselho, mesmo que, do ponto de vista clínico, fosse praticamente garantido que Salazar jamais poderia reassumir funções. Supico Pinto referiu, então, a possibilidade de uma substituição interina, com isso querendo iludir aquela dolorosa verdade. Em face disso, Marcello ensaiou a quadratura do círculo: começou por dizer que a sua «sensibilidade» o aconselhava a que não se substituísse Salazar em vida deste, mas que «a vida corrente do país» e os «numerosos problemas» da governação implicavam que se designasse um chefe do governo. Se acaso este fosse nomeado a título interino, tratar-se-ia de uma solução provisória e a escolha do nome deveria recair sobre alguém que já fizesse parte do gabinete. Ou seja, e em suma, de uma forma engenhosa, mas perceptível para os seus pares, Marcello Caetano descartou, em primeiro, a tese de que Salazar não deveria ser substituído fosse a que título fosse, e, depois, colocou Américo Thomaz perante um cenário difícil, se não mesmo impossível: se acaso quisesse nomear um interino, deveria fazê-lo entre

os membros do executivo em funções, o que limitava significativamente a margem de acção e de escolha do almirante.

Na aparência, Marcello punha-se fora da disputa pela sucessão de Salazar, mas, na prática, afunilava a seu favor as soluções ao dispor do Presidente. Este decide nada decidir por ora, e, sabiamente, nada desvenda sobre qual entendia ser a melhor opção a tomar, desde logo quanto à questão da substituição, ou não, do Presidente do Conselho. Num expediente clássico nestas ocasiões, procede então a um vasto conjunto de audições, mais de quarenta individualidades, entre as quais, note-se, os próprios conselheiros de Estado, agora ouvidos a sós e em privado, o que dá bem a ideia do nível de desconfiança mútua – e de intriga – que dilacerava as elites do Estado Novo nesta fase. Ausente aquele que, durante décadas, fora o árbitro incontestado dos vários grupos e facções, aquele cuja palavra última dirimia e resolvia os conflitos, Thomaz via-se inesperadamente investido num papel que a prática da Constituição de 1933 não lhe atribuía e para o qual, como é evidente, não estava preparado.

Em *Últimas Décadas de Portugal*, as suas memórias do final do regime, o almirante justifica a escolha de Marcello desenvolvendo a responsabilidade pela mesma às individualidades que ouviu, as quais se inclinaram indubitável e maioritariamente para o nome de Marcello Caetano. E, prosseguindo no mesmo registo autojustificativo, sublinha a pressão exercida pelos «simpatizantes» do seu nome: «criara-se um ambiente que o grupo de amigos e adeptos ia alimentando e ateando quanto podia e cada vez mais, não só no interior do País, como até no exterior. A ponto de ir tornando, qualquer outra solução, não só mal compreendida, como até mal recebida.»

Na sua biografia de Marcello Caetano, o historiador José Manuel Tavares Castilho contrasta as narrativas divergentes de Marcello e de Thomaz, com este a afirmar que o primeiro estava «ansioso» por ascender à Presidência do Conselho e por duas vezes solicitara a luz verde do almirante para começar a formar governo. Caetano, mais evasivo, diz que se limitou a dar a sua «opinião» e que, dias volvidos, voltou a ser chamado a Belém, tendo Thomaz dito que mais de noventa por cento das pessoas que ouvira haviam indicado o seu nome e que «era também seu desejo nomear-me para a Presidência do Conselho.»

É possível, até provável, que Thomaz o fizesse a contragosto, fosse porque se lembrava de que, em 1958, Marcello se pronunciara a favor da reeleição de Craveiro Lopes, faltando até à reunião da Comissão Executiva da União Nacional que ratificou o seu nome como candidato presidencial, fosse porque sentia a pressão de alguns dos seus próximos para não indigitar Caetano, fosse, enfim, porque duvidava que um «liberal» como Marcello estivesse à altura do legado imorre-douro de Oliveira Salazar.

Existiam, é certo, nomes alternativos, que não deixaram de ser ponderados, como os de Franco Nogueira, de Supico Pinto, de Antunes Varela, de Gomes de Araújo (1897-1982), de Adriano Moreira e de Correia de Oliveira. Contudo, por uma razão ou outra, todos eles tinham *handicaps*, políticos ou pessoais, como potenciais sucessores de Salazar e o único nome que poderia ombrear com o de Marcello, em termos de experiência e de projecção – e de antiguidade no contacto com o ditador – era o do seu velho amigo Pedro Theotónio Pereira, cuja doença degenerativa de que padecia o afastava automaticamente da corrida.

Assim, Marcello Caetano era, de longe, o mais bem posicionado, podendo até dizer-se, sem receio de exagero, que se afigurava verdadeiramente como o único candidato possível e credível, quer pela longevidade da sua colaboração com o regime, quer pelo prestígio que acumulara nos cargos que exercera e na Universidade, quer pela projecção que detinha no país e no estrangeiro, quer pela rede de fiéis e de apoiantes que tecera ao longo de décadas. Para os seus adversários – ou, melhor dito, inimigos –, nada disto possuía especial relevância ante a trajectória passada de Caetano, marcada por constantes gestos de desalinhamento e ruptura com Salazar, e, bem assim, ante a fama de «esquerdista» que granjeara até a suspeita de que conspirara contra o Presidente do Conselho.

No espírito de Thomaz, e dos «ultras» que o rodeavam, o maior receio prendia-se com o futuro do Ultramar. É essa, e só essa, a garantia que o Presidente pretende obter antes de o nomear, alegando que as Forças Armadas lhe tinham posto como condição, para aceitarem a designação de Marcello, que não só se mantivesse a política de defesa do Ultramar – leia-se: a guerra colonial em curso – como se evitasse qualquer veleidade de experimentar uma solução federativa.

Colocado perante esta imposição, Marcello terá tentado aumentar o seu espaço de manobra, dizendo que as próximas eleições de 1969 seriam «a oportunidade de deixar a Nação exprimir o seu ponto de vista quanto ao Ultramar.» O diálogo a seguir travado, de acordo com a recordação de Caetano, foi assaz eloquente:

«-Se a votação fosse favorável à política de Defesa que estava em curso, muito bem... Se não...

– Se não, as Forças Armadas intervirão, interrompeu o Presidente da República.»

O psicodrama da sucessão de Oliveira Salazar acabou por ser um elucidativo retrato do jogo de simulacros e ocultações que, por obra do ditador, sempre caracterizou o Estado Novo. Marcello procurou esconder à *outrance* o seu velho desejo de alcançar a chefia do governo, mostrando-se desapegado pelo poder, chegando a dizer, em carta a Santos Costa, «não sou candidato, não dei um passo, não embarcei o caminho a ninguém, e sinceramente peço a Deus que inspire bem quem tenha de escolher e o faça desviar os olhos para outro.» Thomaz, de seu lado, relata os factos, já após o 25 de Abril, como se tivesse tido um papel secundário no processo de escolha, sendo tudo responsabilidade alheia: na sua versão dos acontecimentos, foram as personalidades por si consultadas, não ele, quem elevou Caetano ao governo, do mesmo passo que foram as chefias militares, não ele, quem impôs a continuidade da política ultramarina. O que pode dizer-se, e não é pouco, é que, não sendo o ideal, Marcello era, de todos os candidatos, o mais certo e seguro, aquele que, na perspectiva de Thomaz, dava mais garantias de ser capaz de, em simultâneo, conquistar o apoio do país e prosseguir a obra do antecessor.

Em face disto, de pouco serve especular, ao modo da «História virtual», como teriam sido as coisas se acaso tivesse sido outro o escolhido. É muito provável, quase certo, que nenhum dos candidatos alternativos teria sido capaz de evitar a queda do regime. Desde logo, porque nenhum deles pretendia, ao menos a breve trecho, pôr termo à guerra de África, o nó górdio do Estado Novo. E, mesmo que o quisesse,

difficilmente teria margem para tanto, como o exemplo de Marcello Caetano exuberantemente mostrou.

A exiguidade do espaço de acção deste último – e do estado de espírito de Américo Thomaz quando o nomeou – fica bem patente na comunicação que o Presidente faz ao país, no dia 26 de Setembro de 1968. Nela, Thomaz passa em revista o processo clínico de Salazar, a intervenção cirúrgica a que foi sujeito, a «grave enfermidade que o prostrou em estado de coma», a ansiedade que tudo causou no coração de milhões de portugueses. Também ele falava aos seus compatriotas de peito aberto, confessando-lhes que, naqueles dias, vivera dilacerado entre a emoção e a razão, o afecto e o dever: «tem-se debatido o chefe do Estado, há dez dias, entre os seus sentimentos afectivos e de gratidão que, quanto maiores mais honram o homem, e aqueles que a razão e o dever impõem neste momento crucial da vida da Nação.»

Os superiores interesses do país impediam que se adiasse mais a resolução do problema, mas a sombra de Salazar era tão forte e intensa que Thomaz chega mesmo a convocar a sua vontade presumida, dizendo saber que, se acaso tivesse podido pronunciar-se, Oliveira Salazar teria dado o seu pleno acordo à solução encontrada. Resta saber, porque o almirante optou por um registo críptico e não o disse expressamente, em que concordava Salazar ao certo, se na sua substituição, se na escolha de Marcello Caetano.

Quanto a este, o decreto de designação limita-se a referir o seu nome, sem mais considerandos, ao passo que Salazar é louvado como «Português inconfundível no pensamento e na acção» e «Benemérito da Pátria», que serviu durante mais de quarenta anos, de tudo abdicando, «numa renúncia completa e única em toda a nossa História de mais de oito séculos.»

RETRATOS POLÍTICOS

Bastaria este confronto – de um lado, um génio, do outro, um homem vulgar – para percebermos que, por muito que Marcello se esforçasse, só podia correr mal. E correu.

**«NÃO PERCEBO PORQUE É QUE ME
FORAM BUSCAR. ISTO NÃO TEM SAÍDA.
PORQUE É QUE NÃO FORAM BUSCAR
O [ANTUNES] VARELA OU O FRANCO
NOGUEIRA, ESSES SABEM O QUE
É QUE QUEREM FAZER...
ISTO NÃO TEM SOLUÇÃO.»**

PRIMAVERA E OUTONO

Por uma cruel ironia, Marcello Caetano almejou o poder durante décadas, mas acabou por recebê-lo numa altura em que pouco ou nada conseguiria fazer com ele.

Ironia tanto maior – e mais cruel – quanto tinha sido um dos primeiros e mais sonoros críticos dos rumos que o Estado Novo vinha levando, nomeadamente quanto à perda da vitalidade das organizações e das forças que lhe serviam de suporte. Na presidência da Comissão Executiva da União Nacional, pôde aperceber-se, desolado, que ela não passava de uma organização sonolenta, só desperta nos períodos eleitorais, limitando-se no resto do tempo a ser um entreposto de cunhas e favores entre os caciques da província e o poder central. A juventude, que conhecia de perto das aulas e das funções de reitor da Universidade de Lisboa, perdera há muito o entusiasmo pelo regime e agora, com o eclodir da guerra, passara-se toda ou quase toda para o lado da oposição, exceptuando um punhado de radicais, mais salazaristas do que Salazar. A candidatura de Delgado, em 1958, bem como as sucessivas tentativas de golpe militar – da Mealhada, em

1947, até à Abrilada de 1961, e à revolta da Sé, do mesmo ano – mostraram que o Exército não era uma força monolítica, inteiramente alinhada com o regime. E, ao contrário do que sucedera nos anos 30, não existiam nem uma «doutrina» nem um conjunto de princípios capazes de mobilizar as massas, as quais, cumprindo o desiderato de Salazar, se limitavam a *viver habitualmente*, o que poderia garantir a ordem nas ruas e a tranquilidade nos lares, mas que não era, de forma alguma, um programa ou uma fórmula política capaz de resistir aos embates do século, agora patentes nas novas independências, na mudança de atitude da administração americana, após a ascensão de Kennedy à Casa Branca, nas transformações verificadas no seio da ONU, na sequência da entrada das jovens nações africanas e asiáticas. Até a Igreja mudava, com o Concílio Ecuménico do Vaticano II, de 1962-1965, e os pontificados de João XXIII e de Paulo VI.

No meio de tudo isto, o Portugal de 1968 debatia-se com uma guerra travada em três frentes, a milhares de quilómetros de distância, e em territórios onde existiam comunidades numerosas de etnia branca, com raízes na Metrópole (em 1974, havia 600 a 700 mil brancos em Angola e 350 mil em Moçambique). Além da manutenção do território, e da preservação da presença portuguesa em África, o destino dos que aí viviam foi uma das maiores preocupações de Marcello, talvez mesmo a maior, sobretudo após o seu périplo pelas colónias, em 1969, de onde regressou com a firme e inabalável convicção de que não poderia deixar aqueles portugueses abandonados à sua sorte.

Enquanto isso, milhares e milhares de outros portugueses abandonavam o país, em busca de melhor sorte. Calcula-se que 1,43 milhões de pessoas terão deixado o país nos anos

1960-74, tendo mais de 40% saído de Portugal ilegalmente. «Números incríveis» na expressão de Maria Filomena Mónica; tão incríveis que algumas personalidades não acreditaram neles. Alfredo de Sousa contava, a este propósito, um episódio curioso: em 1970, a população de Portugal era menor do que em 1960 e o almirante Américo Thomaz, ao saber das estatísticas, disse que o censo estava errado e que tinha de se fazer um outro...

Num sentido inverso, a década de 1960 é marcada por um surto sem precedentes do sector do turismo. Como César Moreira Baptista (1915-1982) fez notar no I Congresso da Acção Nacional Popular, entre 1968 e 1972 o número de estrangeiros que entraram na Metrópole subiu 56%, tendo as dormidas em hotelaria de estrangeiros aumentado, no mesmo período, 68%.

Emigração e turismo eram, como então dizia Mário Soares, dois factores de «suma importância de consciencialização popular», ao implicarem uma *abertura ao mundo* que o salazarismo tanto temera, mas que, agora, surgia como imparável. Os meios de comunicação de massas e a difusão planetária de novos estilos de vida e padrões de consumo de raiz americana, mas também de referenciais ideológicos (Gandhi, Luther King, Mao Zedong, Che Guevara, Fidel Castro), operaram transformações profundas na sociedade portuguesa, sobretudo entre as camadas mais jovens, num movimento que o Estado Novo, naturalmente, foi incapaz de conter e, em larga medida, compreender.

É frequente dizer-se que o consulado de Marcello Caetano – de Setembro de 1968 a Abril de 1974 – foi marcado por dois tempos, um *allegro* primaveril, prenhe de expectativas e optimismo, e um *adagio* outonal, carregado de desilusões e de sombras. A expressão «Primavera marcelista» foi, de resto, cunhada e amplamente utilizada para caracterizar os primeiros tempos de Caetano, que uma idosa de província, depois de ser cumprimentada por ele numa das suas incursões pelo país, terá dito, expressivamente, «este Salazar é mais simpático do que o outro!» Afirmação que, na sua ingénua sabedoria, acabava por resumir o drama de Marcello, pois, reconhecendo a sua maior simpatia, acabava por revelar que, no imaginário do país, do povo e das elites, era tal a marca e a carga de Salazar que o nome deste se confundia com a própria ideia de governo da nação.

Entre um e outro, sem dúvida, existiam fundas semelhanças, e não menos afinidades electivas, a maior das quais terá sido, porventura, o modo como ambos encaravam a democracia, considerando-a imprestável para servir de modelo de governo aos povos latinos e, em particular, ao português. Mesmo os seus mais próximos, incluindo os filhos, não hesitam em afirmar que Marcello Caetano nunca foi democrata ou crente nas virtudes do sufrágio universal. Mas, mesmo nesse traço de união entre Salazar e o seu sucessor, talvez possa dizer-se, simplificando, que aquele era antidemocrata por ser reaccionário, enquanto Marcello o fazia por ser elitista, profunda e medularmente elitista. Apesar da diferença geracional que os separava, a grande experiência política que ambos conheciam – no caso de Marcello, a única – era a da Primeira República, com o seu cortejo de governos atrás de governos, greves e caos nas ruas, carestias e perseguições à

Igreja. Salazar fora saneado em 1919, Marcello andou pelos bairros pobres de Lisboa a visitar os desvalidos da pneumónica, eram ambos católicos – ou, melhor dito, militantes católicos – e a repulsa que ambos tinham pela democracia e pelo liberalismo político muito deve à trajectória biográfica de um e doutro.

De igual sorte, eram ambos conservadores, quer no plano da moral e dos costumes, quer na visão que tinham do mundo e dos homens, marcada por um evidente pessimismo antropológico, talvez mais acentuado no caso de Salazar do que de Caetano. Ainda assim, o conservadorismo de Salazar era profundamente rural, ou ruralista, enquanto Marcello era um homem nado e criado na cidade – na cidade de Lisboa – e, como tal, eminentemente urbano. Salazar formara-se no seminário, Marcello crescera no ambiente fervilhante dos cafés e das redacções de jornais, do associativismo católico, dos grupos radicais de estudantes.

Além disso, um mar de diferenças: Marcello tinha mulher e filhos, uma família de quem era próximo, gostava do confronto de ideias, convivia com sogro republicano e apreciava liderar e coordenar equipas, mobilizar a «juventude», em claro contraste com o seu antecessor, um solitário que raramente convocava conselhos de ministros, preferindo trabalhar *tête-à-tête* com um ou dois interlocutores, no máximo. Governava o país a partir do seu gabinete em São Bento, com horários seguidos ao milímetro, num culto da previsibilidade que levara Cerejeira a dizer-lhe, quando eram ambos estudantes, «és um animal de hábitos!» Marcello, ao invés, gostava de se projectar como um governante cosmopolita e moderno, como um «fazedor» reformista, que viajara pelas colónias, que se deslocava com frequência ao estrangeiro

para reuniões internacionais ou colóquios académicos, que se deslocava pelo país inteiro, apreciando o contacto directo com as populações.

Porventura, a maior diferença entre os dois chefes de governo do Estado Novo decorre de um factor político essencial, o tempo. Oliveira Salazar é designado Presidente do Ministério com 43 anos, Caetano foi nomeado com 62 anos e, obviamente, em circunstâncias políticas muito diversas: Salazar no rescaldo das confusões da Primeira República e da Ditadura Militar, numa altura em que o país ansiava por ordem e paz nas ruas e em que se iniciava um regime novo, dotado de uma Constituição e de instituições criadas *ab initio* pelo ditador, enquanto Marcello recebe o poder em condições muito mais adversas, ademais das mãos de um Presidente hostil, com três frentes de guerra sem fim à vista, um regime desgastado e com evidentes sinais de cansaço, uma sociedade civil a cada dia mais desalinhada com os rumos do Estado Novo, ora rebaptizado de «Estado Social». Também o contexto internacional era muito diverso – e muito mais desfavorável a Marcello Caetano: Salazar subira ao poder na «era das ditaduras», um tempo em que os regimes e os governantes «fortes» de direita eram aclamados pelos seus cidadãos ou tolerados pelas democracias da Europa e da América como um antídoto possível contra o bolchevismo e o caos; Marcello toma posse no ano do Maio de 1968 em Paris, da ofensiva do Tet, no Vietname, dos assassinatos de Luther King e de Robert Kennedy, do esmagamento da «Primavera de Praga» pelos tanques soviéticos, da eleição de Nixon para a Casa Branca. Na frente interna, e como se não bastasse a guerra, um surto de greves e protestos laborais, conflitos na Universidade de Coimbra, o ascenso da luta armada, com a

operação «Montes Hermínios», da LUAR, na cidade da Covilhã.

Em face de tudo isto, a Marcello faltou, acima de tudo, espaço e tempo políticos para definir e pôr em prática um «programa» coerente, capaz de superar os muitos bloqueios do regime herdado de Salazar. Além da aceleração do tempo, motivada pelo avançar da guerra e por uma conjuntura internacional cada vez mais adversa, o novo chefe do governo defrontava-se com uma progressiva compressão do seu espaço político. Sendo inteligente e sagaz, é provável que tenha tido consciência de que não dispunha nem de tempo nem de espaço para reformar o regime. Sintomaticamente, pouco antes de tomar posse confidenciou a Miguel Galvão Teles, seu assistente na Faculdade de Direito: «não percebo porque é que me foram buscar. Isto não tem saída. Porque é que não foram buscar o [Antunes] Varela ou o Franco Nogueira, esses sabem o que é que querem fazer... isto não tem solução.» Américo Thomaz, pelo contrário, não parecia ter idêntica consciência do ocaso do regime a que presidia e, ao que parece, terá dito a pessoas próximas, justificando a escolha de Caetano, «o primeiro é para queimar», como se o Estado Novo ainda tivesse tempo e espaço políticos para ensaiar mais duas ou três alternativas políticas. Outro equívoco foi ter julgado, ao que parece a conselho do seu amigo Duarte Amaral (1909-1979), que, se acaso as coisas corressem mal a Marcello, só este seria responsabilizado, ao passo que, se tivesse escolhido um outro nome, ele próprio seria culpado pelo desastre. Que um chefe de governo fosse nomeado com base num pressuposto tão pessimista – o de que, fosse qual fosse o escolhido, existia uma elevada probabilidade de um desenlace fatídico – diz-nos muito sobre o estado a que o Es-

tado Novo chegara, bem como sobre o estado de espírito das suas principais elites. É significativo, também, que Thomaz tenha alimentado a ilusão de que poderia resguardar-se de um eventual mau resultado de Caetano, com isso mostrando não ter sido capaz de ler a lógica do sistema de governo inscrito na Constituição de 1933, que claramente apontava para uma co-responsabilização dos chefes de Estado e de governo e, pior ainda, mostrando que não sabia ler os sinais do tempo, que inequivocamente apontavam para que, falhando Marcello, todo o regime soçobriaria.

Ainda assim, este dispôs de um amplo, amplíssimo, capital político quando ascendeu ao poder. De todos os possíveis candidatos à sucessão de Salazar, era o que contava com o maior apoio dos grandes grupos económicos, designadamente do grupo Espírito Santo e a sua chegada ao poder foi recebida com jubilosa esperança pela opinião pública, inclusive entre personalidades ou sectores desde sempre críticos do Estado Novo. Vasco da Gama Fernandes (1908-1991), José Ribeiro dos Santos, Raul Rego (1913-2002), Abranches Ferrão (1908-1985), António Alçada Baptista (1927-2008) e até Mário Soares encararam com benevolente expectativa a abertura ensaiada por Marcello, que recorreu a uma fórmula compósita e equívoca – a da «renovação na continuidade» – que pretendia congregar o maior número de apoios, num arco que ia desde os herdeiros de Salazar até aos que o combateram desde longa data. O tempo, porém, era de radicalização crescente e, como tal, prestava-se pouco a estas quadraturas do círculo.

Do consenso inicial em torno de Marcello Caetano afastaram-se, em curiosa convergência, quer os «ultras» do salazarismo, quer o Partido Comunista Português, nenhum

deles dando crédito ao novo Presidente do Conselho. Por tibieza ou falta de espaço político, este dá dois sinais que, na altura, não foram devidamente avaliados ou, talvez melhor, que acabaram submergidos pelo eufórico «estado de graça» que rodeou a sua ascensão política. Salazar, recorde-se, fizeira uma importante remodelação em Agosto de 1968 e, tomando posse no mês seguinte, Marcello acabou por manter quase todos os ministros, inclusive José Hermano Saraiva (1919-2012) na Educação, Correia de Oliveira na Economia e até Franco Nogueira nos Negócios Estrangeiros (este, aliás, só aceitou permanecer no governo por pressão do próprio almirante Thomaz). Continuaram Gonçalves Rapazote no Interior, Dias Rosas nas Finanças, Bettencourt Rodrigues no Exército, Pereira Crespo na Marinha, Silva Cunha no Ultramar, Canto Moniz nas Comunicações e Gonçalves Proença nas Corporações e Previdência Social. Rostos novos, trazidos por Marcello, eram apenas os de Alfredo Vaz Pinto (Presidência), Sá Viana Rebelo (Defesa Nacional), Cancela de Abreu (Saúde e Assistência). Rui Sanches (1919-2009), antigo subsecretário de Estado das Obras Públicas, era elevado a ministro desta pasta, mas, num cômputo global, este era muito mais um executivo de Salazar do que de Caetano, que, logo ao iniciar funções, deu um sinal inequívoco de que, pelo menos nesta fase, preferiu claramente uma linha de continuidade a uma ideia de renovação, mesmo que isso o forçasse a abdicar de nomes que pretendia ter no seu executivo, como Rogério Martins (1928-2017) nas Comunicações, Venâncio Deslandes (1909-1985) na Defesa e, segundo alguns, Francisco Pereira de Moura (1925-1998) na Indústria, como refere Luís Menezes Leitão na sua biografia de Marcello Caetano.

O outro sinal revelador foi o discurso de tomada de posse como novo Presidente do Conselho, no qual Marcello se diminuiu em termos absurdamente excessivos perante o seu antecessor, avisando que, desaparecido um «homem de génio», o país deveria habituar-se a ser governado por «homens como os outros.» Para além disso, e mais importante do que isso, todo o discurso é construído em tons pessimistas e sombrios: em lugar de anunciar ao que vinha e qual o seu programa, o novo governante optou por falar das «dificuldades desta nova fase da vida constitucional», das «pesadas funções do Governo», do «esmagador encargo» que pesava sobre os seus ombros, do «inimigo insidioso» que nos espreitava nas selvas de África, da necessidade de «cerrar fileiras aquém e além-mar», dos «ciclópicos trabalhos» que o aguardavam. Para o futuro próximo, prometia «assegurar a normalidade da vida nacional» e «garantir a continuidade da administração pública», bem como «reduzir os factores de crise.» Timidamente, foi dizendo que mesmo Salazar mudara por vezes de rumo, fizera ensaios de reformas, e, por isso, não poderia o país – e os «ultras» – julgar que a continuidade significava «apego obstinado a fórmulas ou soluções» do passado. Haveria renovação, portanto, mas no devido tempo e a prazo. Por ora, e procurando tirar partido do seu «estado de graça», Marcello dizia que vivíamos em «situação de emergência» e, como tal, pedia sacrifícios a todos, «inclusivamente nalgumas liberdades que se desejava ver restauradas.»

Nesta peça oratória, e como se vê, uma tentativa de aplacar em simultâneo os receios de salazaristas e de liberais: quanto aos primeiros, garantindo o esforço militar e diplomático na defesa de África e a continuidade do legado político de Salazar, para os segundos, pedindo paciência e tempo, com

a vaga promessa de que algumas liberdades iriam ser «restauradas» (o uso desta expressão é, de resto, extremamente singular e curioso, porquanto pretende significar, ao menos implicitamente, que existiu um feixe de direitos e liberdades fundamentais que a República consagrara e o Estado Novo pusera em crise.) Simplesmente, enquanto a garantida de continuidade era actual e imediata, a promessa de liberdade ficava remetida para um futuro incerto e sempre duvidoso. E, mais grave do que isso, Marcello abdicava de anunciar o seu programa político, não indo além de um enunciado de ideias vagas e nebulosas, o que permite concluir que, muito provavelmente, iria ter um programa aberto e aproximativo, moldado segundo as circunstâncias do momento e o que estas lhe permitissem fazer.

Assim, e contrariamente à ideia de dois tempos – o primaveril e o outonal –, ou em paralelo com ela, o momento inicial de Marcello é, sobretudo, o de compromisso com o passado salazarista, talvez porque pressentisse que era daí, do lado dos «ultras», que vinham as maiores ameaças, enquanto os «liberais» se encontravam, por ora, em lua-de-mel com a sua chegada ao governo.

O modo precário como esta se processara inviabilizou que pudesse apresentar-se com uma linha de acção definida e com um elenco governativo da sua confiança, podendo dizer-se que esse «pecado original» do marcelismo não só marcou o seu código genético como se prolongou até à rendição do Quartel do Carmo, no dia 25 de Abril. Ao contrário do que uma visão excessivamente personalizada pode levar a crer, atribuindo a derrocada do regime à «indecisão hamletiana» de um intelectual devorado pelos seus fantasmas, o problema essencial de Marcello Caetano foi a ambiguidade

de propósitos, a nebulosa que alimentou sobre o que verdadeiramente pretendia em torno de questões essenciais, com destaque para o futuro do Ultramar. É pouco credível que visasse ser o patrono de uma transição para um regime democrático, como é pouco credível que pensasse numa futura independência de «novos Brasis»³. Se tudo isso acontecesse, não seria sob os seus auspícios, e menos ainda enquanto chefiasse o governo.

As mudanças que operou – como a conversão da União Nacional em Acção Nacional Popular ou da PIDE em Direcção-Geral de Segurança – não seriam, no seu espírito, meramente onomásticas ou cosméticas, ao contrário do que logo disseram os seus adversários políticos. É legítimo supor que, até pela experiência decepcionante que tivera na presidência da Comissão Central da UN, Marcello pretendesse criar uma organização mais sólida e actuante para apoiar o regime, fazendo-o evoluir para uma autocracia mais *soft* e, sobretudo, com maiores liberdades em certos domínios ou, mais precisamente, com maiores garantias jurídicas contra os excessos e os abusos do poder.

Antes mesmo de ser nomeado, no diálogo que travou em Belém com Thomaz, afirmou que as eleições de 1969 iriam ser «a oportunidade de deixar a Nação exprimir o seu ponto de vista quanto ao Ultramar.» Não muito depois, numa carta ao seu amigo Baltazar Rebelo de Sousa, dirá substancialmente o mesmo, afirmando que aquele sufrágio iria ser «o plebiscito do regime e a sanção da política ultramarina.»

3 Num famoso «Memorial», escrito em 1962, Marcello ousara propor uma federação de «Estados Portugueses Unidos» entre Portugal, Angola e Moçambique e, na revisão constitucional de 1971, conseguiu que os territórios ultramarinos tivessem o estatuto de regiões autónomas, o qual, todavia, era conceptualmente difuso e, em rigor, nunca saiu do papel: cf. António Duarte Silva, *O Império e a Constituição Colonial Portuguesa (1914-1974)*, Lisboa, 2019.

Porém, e uma vez mais, tratava-se de um projecto ambíguo, de contornos nebulosos, uma vez que, não sendo as eleições livres (Marcello pretendia apenas que fossem «correctas»), delas jamais poderia resultar um sinal credível, transparente e autêntico, do que pensavam os portugueses sobre a política ultramarina seguida pelo governo, eufemismo para a guerra colonial então em curso. Por outro lado, e em bom rigor, os que eram chamados às urnas não sabiam ao certo que política estava em causa, então e nos anos vindouros: manutenção a todo o custo do *statu quo*? Transição para uma maior autonomia? Possível independência a médio ou longo prazo? E, como se não bastasse, Américo Thomaz avisara, sem tergiversar, que, se acaso os resultados eleitorais fossem desfavoráveis ao regime, as Forças Armadas interviriam para repor as coisas no devido lugar, ou seja, o da manutenção à *outrance* do esforço de guerra. No dia 26 de Outubro de 1969, quando se dirigiram às urnas, os portugueses, muito provavelmente, ignoravam esta chantagem, mas Marcello tinha-a bem presente, facto que, entre tantos outros, terá condicionado significativamente a sua conduta política.

Como se esperava, os resultados foram esmagadoramente favoráveis à Acção Nacional Popular (ANP), que arrecadou 88% dos votos, contra 10% da Comissão Democrática Eleitoral (CDE), próxima do PCP, 1,9% da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), embrião do Partido Socialista, e 0,8% da Comissão Eleitoral Monárquica. Ainda assim, a oposição triunfou em algumas freguesias de Almada, do Montijo, de Palmela e do Seixal e, em Setúbal, a CDE conquistou 34,7% dos votos. As eleições – ou, melhor dito, a campanha que as precedeu – permitiram à oposição, mais do que difundir as suas ideias e os seus programas, implantar

as suas estruturas no terreno, criar redes capazes de durarem para além do período eleitoral. Mais decisivamente ainda, o suposto efeito legitimador ou plebiscitário que Marcello Caetano almejava era posto em causa seja pela reduzida dimensão do corpo eleitoral (entre os 9,5 milhões de habitantes de Portugal Continental e Ilhas, só existiam 1,8 milhões de recenseados, o que correspondia a 29% da população com mais de 21 anos), seja, acima de tudo, pela elevada taxa de abstenção, que atingiu os 38,4% (há quem fale em 42%), isto é, 18,4% da população recenseada maior de idade no Continente, nos Açores e na Madeira.

Os resultados decepcionantes da CEUD de Mário Soares, com 1,9% dos votos, tiveram um outro efeito, profundo e relevantíssimo: para as elites do regime, mesmo as mais avançadas – e para Marcello Caetano, em particular –, o sufrágio de 1969 inculcava a ideia de que era inviável uma alternativa moderada ao Estado Novo; ou seja, caso este falhasse, viriam os comunistas e o caos, razão que por certo terá pesado, e muito, no espírito do Presidente do Conselho, que saiu desta refrega eleitoral sentindo-se ainda mais isolado e *contra mundum* – mas tendo sobre os seus ombros a hercúlea tarefa de impedir a derrocada do regime e o triunfo dos esbirros de Álvaro Cunhal. É então que promove encontros informais com os seus colaboradores na Faculdade de Direito – Diogo Freitas do Amaral, André Gonçalves Pereira (1936-2019), Miguel Galvão Teles (1939-2015) – e outros quadros, como João Salgueiro, Caetano de Carvalho, Jorge Tavares Rodrigues, Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004) ou o jovem Marcelo Rebelo de Sousa, nos quais ouviu, com inteira abertura, críticas à actuação da PIDE e da Legião Portuguesa no acto eleitoral que acabara de findar, bem como uma transfor-

mação histórica do regime através da institucionalização de partidos políticos, rumo a uma democracia de tipo ocidental, projecto que Marcello tinha por inviável, ao menos enquanto fosse ele a mandar.

Uma das grandes novidades das eleições de 1969 fora o aparecimento, pela mão de José Guilherme de Melo e Castro, presidente da ANP escolhido por Caetano, de um grupo de jovens deputados, logo denominados de «ala liberal», muitos dos quais viriam a ter uma carreira política de relevo no pós-25 de Abril, como Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, Joaquim Magalhães Mota (1935-2007) ou João Bosco Mota Amaral. Não é claro se era com base neles – e dos «tecnocratas», como Rogério Martins ou João Salgueiro – que Marcello pensava reformar o regime, desde logo porque não é claro em que termos, e sobretudo a que ritmos, pensava ele proceder a essa reforma. Os jovens «liberais» serviam-lhe, isso sim, para contrabalançar o poder dos «ultras», para transmitir ao país e ao estrangeiro a ideia de que o regime tolerava uma «oposição semilegal» no seu seio, sendo esse outro dos equívocos do marcelismo, o de supor que o Estado Novo era passível de se renovar a partir de dentro, quando a questão ultramarina inviabilizava por inteiro tal hipótese, como, de resto, Thomaz e os «ultras» bem intuíram: para estes, manter a guerra não visava apenas conservar as colónias ultramarinas e a presença portuguesa em África, mas também, ou sobretudo, garantir a sobrevivência do regime na Metrópole.

Quanto aos «liberais», cedo se tornou evidente que não estavam em São Bento para defender a política de Marcello, mas para concretizar o seu próprio programa, o qual passava, naquela fase, por um incremento das liberdades e garantias

fundamentais, em domínios como a imprensa, as garantias de defesa em processo criminal e a situação prisional do país. A morte do seu líder, José Pedro Pinto Leite (1932-1970), num trágico desastre de avião na Guiné-Bissau, em Julho de 1970 (a juntar à morte de Melo e Castro, por doença, em 1972), bem como os sucessivos desaires averbados nas diversas batalhas políticas que então travaram, com destaque para a da Lei de Imprensa e para a da revisão constitucional de 1971, agudizaram o desencanto destes «jovens turcos», que ora se demitiram dos seus lugares (casos de Sá Carneiro e Miller Guerra, no início de 1973), ora não integraram as listas para o sufrágio de Outubro de 1973, naquele que foi um insofismável sinal, mais um, do fechamento e do bloqueio do regime. Às tantas, Marcello passou a considerar que os «liberais» o tinham traído, um sentimento que diz muito sobre o seu estado de espírito nos anos finais do regime e que evidencia uma realidade nua e crua: apesar de ter contado, no momento da sucessão, com um amplo leque de apoios, e apesar de continuar a ter uma invejável popularidade entre vastas camadas da população portuguesa, patente nas frequentes visitas que fazia pelo país, o facto é que não existia um «partido marcelista», pelo menos em número e intensidade suficientes para lhe permitirem vencer o fantasma de Salazar e da sua sombra.

Quanto a este, curiosamente, Marcello foi implacável, mostrando uma capacidade de decisão e um espírito florentino que devem surpreender os seus críticos. Além de ordenar que os jornais não dessem notícias sobre melhorias do estado de saúde de Salazar, o seu biógrafo Luís Menezes Leitão garante que, ao deslocar-se ao hospital, para visitar o ditador em agonia, Caetano terá dito ao pessoal clínico que não deveria sacrificar o cuidado a situações mais urgentes em benefício

de doentes moribundos e, num assomo de maquiavelismo, terá promovido, através de Ramiro Valadão (1918-1997), presidente da RTP, uma entrevista a Salazar, em Abril de 1969, por ocasião do seu 80.º aniversário, a qual demonstrou *urbi et orbi*, e em termos patéticos, a decrepitude física e mental do ditador, que será confirmada não muito depois, numa outra e famosa entrevista, esta concedida ao jornalista Roland Faure, do *L'Aurore*. Nela, Salazar falava como ainda fosse Presidente do Conselho, até porque ninguém se atrevera a comunicar-lhe que fora exonerado e substituído por Marcello, e, quanto a este, deixou afirmado que era «um homem que gosta do poder pelo poder. Nestas condições, considereei que não podia ficar ao meu lado.» Falando sem inibições nem filtros, Salazar exprimia agora o que verdadeiramente pensava – e, provavelmente, pensava há muito – do seu sucessor, num retrato impiedoso, mas não inteiramente destituído de fundamento: «Ele gosta do poder: não para retirar quaisquer benefícios pessoais ou para a família, é muito honesto. Mas gosta do poder pelo poder. Para ter a impressão exaltante de deixar a sua marca nos acontecimentos.»

«É uma pena que, se calhar, mudem lá para baixo. O sr. Prof. é um bom freguês...» – dizia Alfredo Marques Ribeiro, padeiro, entrevistado à porta da moradia de Marcello Caetano, na Rua Duarte Lobo, bairro de Alvalade, quando aí se deslocou para entregar a habitual encomenda de carcaças.

Como nota Luís Menezes Leitão, o facto de um jornal como o *Diário de Lisboa* fazer uma reportagem sobre o dia-a-dia do novo chefe do executivo e, mais ainda, o facto de este

se dispor a desvendar o seu quotidiano de modo tão franco e tão aberto eram indício de um novo estilo de governação, em claro contraste com a «retórica da invisibilidade» (José Gil) que caracterizara o consulado de Salazar.

Marcello deixava-se fotografar em casa, na companhia dos filhos e dos netos, sabia lidar com a imprensa, gracejava com os repórteres e, ao contrário do antecessor, viajava amiúde pelo país, onde era alvo de oportunos banhos de multidão, uma tarefa que, até então, estava reservada ao chefe do Estado. Muito provavelmente, Thomaz terá pressentido que Caetano lhe disputava o terreno, no qual, aliás, se mostrava muito mais à-vontade do que ele, famoso pelos seus inenarráveis discursos, que os jornais do «contra» publicavam na íntegra e sem comentários, como que a evidenciar que o almirante morria pelas suas próprias palavras... E, sobre Thomaz e os seus escassos de oratória, Marcello tinha outra vantagem, o uso da televisão para regulares «Conversas em Família», nas quais, em tom professoral e pedagógico, explicava aos portugueses os rumos da acção governativa.

Seis meses depois de ter tomado posse, e após ter convivido com um executivo em larga medida ditado por Salazar, Marcello procedeu, enfim, à formação do «seu» governo, para o qual entraram Dias Rosas para a pasta da Economia (em substituição de Correia de Oliveira), Alberto de Oliveira para as Comunicações (em lugar de Canto Moniz), Rogério Martins como secretário de Estado da Indústria, Xavier Pintado como secretário de Estado do Comércio e João Salgueiro (1934-2023) como subsecretário de Estado do Planeamento Económico⁴. Juntava-se a este trio Joaquim Silva Pin-

4 Na biografia *Marcello Caetano – Um Destino* afirma-se que João Salgueiro foi designado subsecretário de Estado das Obras Públicas, quando o foi como subsecretário de Estado do Planeamento Económico, funções que exerceu até 30 de Outubro de 1971.

to (1935-2022), subsecretário de Estado das Obras Públicas, num conjunto de jovens «tecnocratas» com os quais Marcello pensava imprimir uma nova dinâmica à governação do país. Curiosamente, Franco Nogueira mantém-se nesta remodelação de Março de 1969, só sendo exonerado em Outubro desse ano – e substituído interinamente por Caetano até Janeiro de 1970, data em que tomou posse Rui Patrício (1932-2024). Esta não será a última remodelação governamental do marcelismo, mas, mais do que elas, o que importa assinalar é que, à semelhança dos deputados da «ala liberal», também os «tecnocratas» abandonarão o executivo, com João Salgueiro a sair em 1971, Alexandre Vaz Pinto em 1972, José Luís Nogueira de Brito em 1972, Valentim Xavier Pintado em 1972, Silva Pinto em 1973. Para um regime que prezava a ordem e a estabilidade, os governos de Marcello tiveram uma composição volátil, outro sinal bem expressivo da crise que os atravessava.

Ainda assim – e esse é, porventura, o ponto mais positivo que podemos creditar-lhe –, Marcello Caetano revelou-se, uma vez mais, um notável «fazedor», legando uma obra que impressiona pela quantidade de realizações e, sobretudo, pela diversidade dos domínios por que se espalhou. Na realidade, e seja qual for o juízo que façamos sobre a sua personalidade política, é facto indesmentível que Marcello deixou marca em todos os cargos que desempenhou. Nas Colónias, em tempos idos, e como sublinha Vasco Pulido Valente no ensaio que lhe dedicou, reviu o Acto Colonial num sentido «liberalizante», criou a Hidroeléctrica do Revué e o Fundo de Fomento de Angola, ajudou a formar a Agência Lusitânia e a estabelecer voos regulares da TAP para África, aboliu o «imposto de mulher» em Moçambique, entre outros feitos.

Como ministro da Presidência, acompanhou os planos de fomento, promoveu a criação da RTP, foi participante activo em cimeiras da NATO e da OECE, entre outras.

Agora, na chefia do governo, fez um notável esforço de modernização, ainda que talvez seja exagerado dizer-se que «Marcello tirou o país do passado», como afirma Vasco Pulido Valente, antes de enumerar as muitas realizações alcançadas: acabou com o «condicionamento industrial», primeiro na prática, e depois, em 1972, na lei; conseguiu para Portugal o estatuto de membro associado do Mercado Comum (acordo de 1972, tratado de 1973); organizou as contas das sociedades anónimas e a profissão de revisor oficial de contas; combateu os «monopólios de facto», designadamente o dos cimentos; lançou os projectos de Sines (presumindo a existência de petróleo em Angola) e do Alqueva; inaugurou uma política de combate aos «desequilíbrios regionais» e de valorização do interior, através dos denominados «pólos» de desenvolvimento – Nordeste Transmontano, Cova da Beira, bacia do Mondego, Sines; estabeleceu um novo quadro legal para as cooperativas agrícolas e atribuiu-lhes benefícios financeiros.

No plano social, reformou o ensino num sentido democratizador e estendeu a previdência aos rurais (abono de família; assistência e subsídio na doença; subsídio de casamento e por cada filho que nascia; subsídio de aleitação; e subsídio de enterro) e, mais tarde, às empregadas domésticas, naquela que foi uma das obras mais emblemáticas do seu consulado. Prosseguindo, escreve Vasco Pulido Valente:

«Também a abolição do "imposto de pescado" (causa de antiquíssimo ressentimento) permitiu que se

melhorassem os "benefícios" dos pescadores e se criassem, enfim, "pensões de sobrevivência" para as viúvas. Os funcionários públicos tiveram a ADSE, que, devidamente financiada, de uma dezena de milhar de inscritos em 1968 chegou aos quatrocentos mil em 1973. E, para acabar este inventário resumido e simplificado, falta apenas falar da "lei dos solos" (1970), que permitia a expropriação por grosso dos solos urbanos (para restringir as actividades especulativas) e da política de habitação social, de resto falhada, de que restam alguns horríveis bairros-dormitórios e alguns organismos inúteis, que a Esquerda desde o princípio influenciou.»

No plano político, o seu governo começou por dar alguns sinais de continuidade, patentes na manutenção do elenco ministerial herdado de Salazar e no discurso de tomada de posse, mesclados com gestos renovadores, como a transformação da União Nacional em Acção Nacional Popular (e nomeação de Melo e Castro para seu presidente), a autorização do regresso de Mário Soares e do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes (1906-1989), a abertura manifestada nas eleições de 1969, às quais concorreram listas de diversos partidos, que, e ao contrário do que era prática, decidiram levar as suas candidaturas até ao fim.

Noutro domínio sensível, remodelou a polícia política, agora transformada em Direcção-Geral de Segurança, e fez alterações no «Exame Prévio». Em ambos os casos, porém, as mudanças foram meramente cosméticas, ou quase, e, sobretudo na fase final do regime, regressaram os métodos da velha PIDE e os brutais atropelos à liberdade. Às tantas, diziam os críticos, em jeito de graça, que, na condução dos destinos do

país, Marcello fazia pisca para virar à esquerda, mas acabava sempre voltando à direita. No pós-25 de Abril, culpabilizou a «ala liberal», argumentando que fora forçado «a procurar apoio na ala conservadora da Assembleia», facto da maior importância, «de que os liberais foram os únicos responsáveis», como se não tivesse sido ele o responsável último pela decisão que sinalizou a clausura do regime e a sua incapacidade de reforma e de evolução: o apoio à reeleição de Américo de Deus Rodrigues Thomaz nas presidenciais de 1972.

Os «liberais» e não só pretendiam que Marcello se candidatasse, ele próprio, à chefia do Estado e chegaram a sondar alternativas, como António de Spínola. Outros defendiam a candidatura de Caetano, como João Salgueiro, Luís Fontoura, Marcelo Rebelo de Sousa e José Manuel de Mello. No final, a ANP acabou por propor o nome do almirante, o qual, apesar da idade – 78 anos –, se mostrou não só disposto a permanecer em funções como totalmente interessado em continuar a exercê-las. O que mostra, no fundo, que Marcello e Thomaz se consideravam, cada qual à sua maneira, os guardiões do regime ante a ameaça do comunismo e da anarquia. Neste contexto, sufragar a candidatura presidencial do almirante, ademais para um mandato longo de sete anos, representava um triunfo claro, e irremediável, da linha «ultra» e integracionista, visceralmente avessa a quaisquer reformas do regime instaurado por Salazar e a uma solução pacífica da guerra de África.

Tem-se especulado muito sobre o que terá levado Marcello Caetano, neste momento decisivo e fulcral, a apoiar a reeleição de um Presidente que, ao invés dos seus antecessores, intervinha activamente na vida política e tinha ideias muito próprias sobre os rumos da governação, quase sempre

contrárias às do chefe do governo. Afirma-se que Marcello foi fiel ao legalismo de jurista, cumprindo as formas e as práticas inscritas na Constituição de 1933 (que, todavia, Salazar violara, ao não propor a reeleição de Craveiro Lopes). Diz-se, por outro lado, que na sua decisão – ou indecisão – pesaram razões pessoais, como o facto de entender que o chefe do Estado deveria ter uma primeira-dama para o apoiar nas suas funções de representação, e que ele, sendo viúvo, não poderia candidatar-se (o certo é que, em diversas ocasiões, com destaque para a tumultuosa visita que fez a Londres, em 1973, fez-se acompanhar, e com muito sucesso, pela sua filha Ana Maria). Além disso, uma questão ética ou de lisura de comportamento: fora Thomaz a escolher e a indigitar Caetano para chefe do governo, este não iria atraí-lo naquela hora tão decisiva. E apontam-se, por fim, mas não por último, motivos de ordem política: Marcello não se achava talhado para o cargo de Presidente da República e sabia que, na lógica da Constituição de 1933, a chave do poder residia em São Bento, não em Belém. É provável, também, que entendesse que a sua candidatura à Presidência iria criar um sério problema no regime, ao deixar vago o cargo de chefe do Governo, para o qual, muito possivelmente, não considerava ter ninguém à altura. Falara-se nos nomes de Baltazar Rebelo de Sousa ou de Veiga Simão (1929-2014), mas qualquer deles era demasiado próximo da sua pessoa para que os «ultras» o permitissem. Restava o problema das Forças Armadas: como iriam os militares aceitar, para mais estando o país em guerra, que em quase 50 anos fosse eleito um civil para o mais alto cargo do Estado?

Neste cenário, o almirante era, apesar de tudo, quem menos sobressaltos causava. Com um Kaúlza de Arriaga (1915-

2004) ou um António de Spínola (1910-1996), por exemplo, havia o risco do desconhecido e, pior ainda, a quase certeza de que os conflitos seriam ainda mais graves e intransponíveis. Como conservador que era, e atormentando perante o desconcerto do mundo, Marcello terá escolhido a solução mais segura e fiável, aquela que, à excepção do ocorrido em 1958, Salazar sempre trilhara. Há nisso, sem dúvida, uma certa desistência quanto à possibilidade de renovação do regime, mas o certo é que, naquela fase, após o desaire das eleições de 1969 e da revisão constitucional de 1971, e sentindo-se atraído pelos «liberais» e por muitos dos seus próximos, Marcello Caetano se conformara a uma via de «continuidade», menos audaz e ousada, sem dúvida, mas mais previsível e segura.

A *política dos pequenos passos* parece ter sido o grande projecto de Marcello, rumo a uma transformação do regime num sentido modernizador e liberalizante, mas não democrático. Num primeiro momento, resignou-se a surgir como o herdeiro de um «homem de génio», esperando que as eleições de 1969 o consagassem como o incontestável líder do regime e o impusessem em definitivo a Américo Thomaz e aos nostálgicos do salazarismo. O elevado nível de abstenção evidenciou que o regime, mesmo com o tímido *aggiornamento* trazido pelo novo Presidente do Conselho, já não gerava particular entusiasmo, mesmo entre o número restrito daqueles que podiam votar. Marcello poderia contar ainda, é certo, com a *maioria silenciosa* dos portugueses, mas aí residia o problema: poderia ser uma maioria, mas era silenciosa – e silenciosa em gritante contraste com o ruído criado pelos estudantes rebeldes, como ficou patente na crise académica de 1969, pelos trabalhadores em greve e pelos grupos de luta armada, que na altura intensificaram as suas actividades:

a LUAR, de Palma Inácio (1922-2009), a ARA, ligada ao PCP, e as Brigadas Revolucionárias, de Carlos Antunes (1938-2021) e Isabel do Carmo. À semelhança do que sucedera em França, onde De Gaulle também beneficiou do apoio de uma maioria silenciosa no rescaldo dos acontecimentos do Maio de 1968, para acabar vitimado pelo uso plebiscitário que fez do instituto do referendo, Marcello acabou sendo vítima da intenção plebiscitária que colocou nas eleições de 1969, que não tratou como uma mera escolha de novos deputados, mas como um instrumento de consagração da sua pessoa e da sua posição política perante a oposição e, sobretudo, perante os «ultras» do Estado Novo. Falhado esse intento, ficou num limbo, sentindo-se desamparado pelos «liberais» e pelos «tecnocratas» que levava para a Assembleia e para o Governo.

Curiosamente, tudo isto se processou numa conjuntura de «milagre económico». Como disse um seu próximo, Valentim Xavier Pintado, «não há números como os de Marcello»: de 1968 a 1973, Portugal cresceu a uma estonteante média de 7,4%, contra 4,7% do conjunto dos países industrializados. E, além da sempre falada extensão da previdência aos trabalhadores rurais, o bem-estar e a elevação dos padrões de consumo começavam a chegar a amplas camadas da população, o que torna ainda mais singular o bloqueio que, ao nível político, o regime foi incapaz de ultrapassar, em larga medida devido à questão ultramarina, mas também quanto aos problemas que persistiam na Metrópole: ausência de liberdades e de respostas para os anseios de uma juventude cada vez mais activa e exigente, uma imagem de um regime gerontocrático desfasado do tempo e da História.

A par disso, um drama pessoal, a morte da sua mulher, em Janeiro de 1971, que terá abalado Marcello profundamen-

te, a ponto de, segundo alguns, ter sofrido uma grave crise cardíaca em meados desse ano. Depois, tudo se precipitou: a audiência de Paulo VI aos líderes dos movimentos de libertação africanos, em Junho de 1970, enfurecera-o até ao limite, adensando sentimentos de desconfiança na Igreja que, anos volvidos, o levarão, segundo se diz, a afastar-se da fé católica. O apoio à reeleição de Thomaz fez com que Rogério Martins e Xavier Pintado abandonassem o Governo, num claro sinal de que deixou de poder contar com o apoio dos «tecnocratas». A revisão constitucional de 1971, por outro lado, assinalara a ruptura dos «liberais» com o regime, culminando, no início de 1973, com os pedidos de demissão de Miller Guerra (1912-1993) e de Sá Carneiro, na sequência dos acontecimentos da Capela do Rato, onde a polícia entrou e evacuou à força um grupo de crentes e não-crentes aí reunidos para debater a guerra colonial. Sintomaticamente, Soares regressará ao exílio, desta feita em Paris, de onde só voltará após o 25 de Abril, enquanto a polícia política intensificava a sua acção repressiva, como sempre sucede no estertor dos regimes autoritários. A crise petrolífera de 1973, em resultado da guerra do Yom Kippur, interrompeu a expansão económica em curso e o espectro da inflação voltou a ensombrar o dia-a-dia dos portugueses. Em África, a situação militar arrastava-se sem fim à vista, e com um enorme custo diplomático para a imagem de Portugal no estrangeiro e, em especial, no seio das Nações Unidas. Não por acaso, a visita de Marcello a Londres, em Julho de 1973, seria ensombrada pela revelação dos massacres de Wiryamu, e, nesse mesmo mês, o «Encontro dos Liberais», reunido em Lisboa, mostrou que começava a ensaiar-se um pensamento alternativo ao do regime – de resto, já desenvolvido no âmbito

da SEDES – que não só não passava por Marcello e pela Acção Nacional Popular como claramente os dispensavam. Em resultado de tudo isso, e muito mais, poucos se admiraram que as eleições de 1973, bem como a remodelação ministerial subsequente, não tivessem alcançado qualquer revitalização do marcelismo, evidenciando, pelo contrário, o seu cansaço profundo – e o do seu principal governante.

Em Fevereiro de 1974, *Portugal e o Futuro*, de António de Spínola, converteu-se num *best-seller* e, não muito depois, o seu autor e o general Costa Gomes (1914-2001) acabariam exonerados dos dois principais cargos de chefia das Forças Armadas. Marcello pede a demissão a Thomaz, este recusa-se a conceder-lha. Em Março, uma tentativa de golpe militar oriunda das Caldas da Rainha dá o primeiro sinal do que viria a seguir. Na tarde de 25 de Abril de 1974, na sequência de um levantamento militar vitorioso, Marcello Caetano entrega o poder nas mãos de Spínola, num gesto que, importa dizê-lo, impediu que o país assistisse a um banho de sangue pelas ruas de Lisboa. Na verdade, se acaso fosse outro o chefe do Governo, como um Kaulza de Arriaga ou mesmo um Franco Nogueira, é possível, até provável, que o 25 de Abril não tivesse sido saudado em todo o mundo como a «Revolução dos Cravos», pacífica e em festa. Em contrapartida, e na mesma linha, o novo poder permitiu que os dirigentes do anterior regime, ao invés de serem julgados, seguissem o rumo do exílio. Primeiro, Madeira; depois, Brasil.

**MARCELLO PODERIA CONTAR AINDA,
É CERTO, COM A MAIORIA SILENCIOSA
DOS PORTUGUESES, MAS AÍ RESIDIA
O PROBLEMA: PODERIA SER UMA
MAIORIA, MAS ERA SILENCIOSA.**

EXÍLIO E FIM

Os juristas que fizeram as primeiras leis do pós-revolução gostavam de contar que, nos dias seguintes ao 25 de Abril, andaram por Lisboa com os livros e os manuais de Marcello Caetano debaixo do braço, receosos de que, com esse gesto, fossem vistos como saudosistas do antigo regime e, logo, alvo de represálias pela população em festa.

O ex-Presidente do Conselho também apreciava dizer que, pese a sua tonalidade marxista e revolucionária, a Constituição de 1976 denotava um apuro técnico-jurídico que acusava a marca dos juristas formados na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, ou seja, por ele próprio...

E, noutras ocasiões, fazia questão de lembrar, como atrás se disse, que os líderes dos quatro maiores partidos do novo regime – Soares, Sá Carneiro, Cunhal, Freitas do Amaral – tinham sido todos seus antigos alunos, pese terem trilhado caminhos políticos muito distintos do seu.

O maior sinal de continuidade terá sido, porém, o facto de o novo primeiro-ministro, Adelino da Palma Carlos (1905-1992), seu colega na Faculdade de Direito, lhe telefonar pra-

ticamente todos os dias, procurando auscultar a sua opinião sobre os rumos de uma governação a cada dia mais incerta, que culminará na queda do executivo por si dirigido em 18 de Julho de 1974, escassos 56 dias após ter tomado posse. Além disso, e num gesto típico de solidariedade académica – e de prova de que a Universidade vincava a sua autonomia face ao que sucedia na esfera política –, foi Adelino da Palma Carlos que, na qualidade de director da Faculdade de Direito, comunicou a Marcello Caetano que o Conselho Escolar da Faculdade decidira, por unanimidade, recordar os altos serviços prestados e formular «o sincero voto de que regresse o mais cedo possível ao exercício das suas funções universitárias.»

Motivos de regozijo para alguém que passou os últimos de existência mergulhado num profundo desalento, o qual, todavia, não nascera com a revolução de Abril, ainda que se tenha agravado com ela. Na verdade, e em bom rigor, Marcello sempre encarou com pessimismo o mundo e o tempo em que vivia, mesmo nos momentos em que acreditou que era possível mudar alguns aspectos da realidade que o envolvia, fosse através do vigor da sua inteligência, fosse através da sua infatigável capacidade de trabalho. É muito provável que, em 1968, quando foi chamado a substituir Salazar na chefia dos destinos do regime, já tivesse perdido há muito os rasgos de esperançoso optimismo com que abraçara a pasta das Colónias e, em certa medida, a da Presidência.

Num primeiro momento, os dirigentes do regime deposto foram enviados *à faute de mieux* para a ilha da Madeira, enquanto se aguardava a sua transferência em definitivo para o Brasil. No Funchal, à guarda de Carlos Azeredo (1930-2021), comandante daquela região militar, Américo Thomaz, Marcello Caetano, Joaquim da Silva Cunha e César Moreira Bap-

tista foram colocados em prisão domiciliária no Forte de São Lourenço, com um regime obviamente aberto e por óbvias razões de salvaguarda da integridade das suas pessoas. Dias mais tarde, a mulher e a filha de Thomaz, Gertrudes e Natália, juntar-se-iam ao grupo dos exilados, para tormento de Marcello Caetano, já que o almirante e a mulher não perderam ocasião para o acusar pela derrocada do regime e, no caso de Thomaz, por ter entregado o poder nas mãos de Spínola sem sequer o consultar.

O «Venerando Chefe do Estado», como era chamado na linguagem do Estado Novo, foi, na verdade, completamente posto à margem dos acontecimentos de Abril: no dia da revolução, a sua captura não constava sequer dos planos iniciais dos capitães, que só irão detê-lo no dia 26, na sua residência no Restelo, um facto assaz ilustrativo da (escassa) relevância política que, no imaginário colectivo da época, se atribuía ao Presidente da República. Por outro lado, e mais decisivamente, a circunstância de Marcello Caetano não ter sequer comunicado a Thomaz que iria render-se no Quartel do Carmo mostra, em primeiro, que o professor de Direito não era, afinal, tão legalista como isso, sobretudo numa situação de estado de necessidade como era manifestamente aquela; e evidencia, em segundo lugar, que, de certo modo, houve dois interessantes golpes no dia 25 de Abril, o desferido pelos capitães contra o regime do Estado Novo e o praticado pelo chefe do Governo contra o Presidente da República. Será do domínio da especulação, mas não é descabido supor que, se acaso Américo Thomaz tivesse estado envolvido nas negociações do final de regime, é provável que as coisas não tivessem tido o desenlace tão pacífico e tão rápido como tiveram. Marcello certamente terá pressentido que o risco de

haver veleidades de «resistência», como as que ocorreram na sede da PIDE/DGS, era tanto maior quanto Thomaz fosse sendo informado *pari passu* da evolução dos acontecimentos e pudesse actuar sobre eles. Será exagero dizer-se que Marcello foi o responsável por uma revolução sem sangue, mas é indubitável que, para este desfecho, muito contribuiu a forma como decidiu operar a transição do poder, mesmo sujeitando-se ao ódio dos «ultras» do salazarismo e do próprio Presidente da República.

Nos anos vindouros, os sectores de extrema-direita iriam culpabilizar Marcello Caetano pelo fim do Estado Novo, verberando-o como «coveiro do Império» e do regime que o suportava, como sucedeu com Eduardo Freitas da Costa em *Acuso Marcelo Caetano*, publicado em 1975, e já antes, em 1974, com Antonino Cruz e Vitoriano Rosa, *As Mentiras de Marcelo Caetano*. E, mesmo de uma forma mais velada, é também esse o registo de Thomaz no seu livro de memórias, *Últimas Décadas de Portugal*.

Marcello defender-se-ia dos ataques que sofria à direita e à esquerda através de *Depoimento*, um livro autojustificativo publicado no Brasil poucos meses depois de aí ter chegado e, mais tarde, em *Minhas Memórias de Salazar*, que a Verbo editou entre nós em 1977, a sua obra que mais se aproxima de uma autobiografia e que constitui, ainda hoje, um dos mais importantes livros sobre a história do Estado Novo.

Marcello Caetano não desperta hoje particulares emoções ou interesse. Curiosamente, os nostálgicos desse período, muitos dos quais não o viveram, dizem sentir saudades de Salazar, não de Caetano, preferindo, pois, uma ditadura *hard*, mais musculada, àquilo que julgam ser uma versão ou cópia adulterada do original e, e não por acaso, num controver-

so programa da RTP, emitido em 2007, foi Salazar o eleito como «maior português de sempre», numa votação em que, ao que parece, Marcello nem sequer constava da lista dos «Grandes Portugueses.» Essa ausência constitui, porventura, a maior homenagem póstuma que lhe poderiam prestar.

No dia 20 de Maio, pelas 16h45, Marcello, Thomaz, Gertrudes e Natália aterraram no aeroporto de Viracopos, em São Paulo, daí seguindo para o Hotel Hilton. Seis dias depois, a 26, Marcello deslocou-se para o Rio de Janeiro, onde ficou hospedado no Mosteiro de São Bento. Aí, foi contactado por um antigo aluno, Francisco Mauro Dias (1932-2011), que o convidou a leccionar na Universidade Gama Filho.

Este será o lugar de trabalho de Marcello Caetano até morrer, ao qual doaria a sua vasta biblioteca, que só foi transferida para o Brasil em Junho de 1977 e que hoje se encontra instalada no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

Privado da biblioteca e dos seus papéis, não deixou de se entregar afanosamente à escrita e ao ensino. Os seus tempos de exílio em muito se assemelham aos da travessia do deserto na década de 50/60, já que Marcello regressou, uma vez mais, àquilo que mais gostava e melhor fazia, a docência e a escrita, a investigação jurídica e sobretudo histórica. Nas biografias que lhe têm sido dedicadas, o período final do Brasil é retratado em breves páginas, como um tempo pouco interessante do ponto de vista da sua trajectória de vida, sobretudo em confronto com a fase em que chefiou o último governo do Estado Novo. Por outro lado, a etapa do exílio é

descrita como um tempo de amargura e derrota, registo para que o próprio muito contribuiu, seja através dos livros atrás citados, seja através da correspondência que manteve com um punhado de fiéis, com destaque para o historiador Joaquim Veríssimo Serrão, o qual, além de ter publicado *Marcello Caetano – Confidências no exílio*, deu à estampa as missivas que ambos trocaram (*Correspondência com Marcello Caetano, 1974-1980*) e prefaciou a obra *Marcello Caetano no Exílio – Estudos, Conferências, Comunicações*, resenha do intenso labor do antigo Presidente do Conselho.

No Brasil, Marcello considerava-se atraído por tudo e todos, sobretudo por aqueles que com ele colaboraram mais proximamente. Portugal, quanto a ele, era um caso perdido, sem solução à vista. Mais do que rancor, era a amargura o sentimento que o dominava, pelo menos a crer nas cartas que enviava para Lisboa ou nas conversas que tinha com quem o visitava no Rio. Ainda assim – e apesar das saudades dos filhos e dos netos e da irreprimível sensação de que falhara na sua missão histórica de salvar o regime de si próprio –, os tempos do exílio e do fim não foram inteiramente infelizes e, menos ainda, improdutivos. As aulas na Gama Filho davam-lhe rendimento suficiente para arrendar um modesto apartamento, para onde se mudou logo em Junho de 1974, onde teria a companhia da sua irmã Olga. Entre a colónia dos expatriados de Abril, dos portugueses há muito instalados no Brasil e, sobretudo, de colegas académicos que o veneravam, Marcello não viveu só: a ligação ao meio universitário e os múltiplos contactos que aí fizera ao longo de décadas, bem como o imenso prestígio de que aí gozava, permitiram-lhe ter uma existência preenchida e intelectualmente estimulante, muito mais, parece, do que um Américo Thomaz ou um

Henrique Tenreiro (1901-1994), com os quais praticamente cortou relações.

«Eu tive a sorte de, aos 68 anos, encontrar trabalho em terra alheia e em termos de me permitir viver independente. Isso obriga-me a um esforço de reintegração nas matérias de que andava afastado e de organização de meios de acção, bem como ao estabelecimento de relações no meio cultural local onde tenho sido excelentemente acolhido», escreveu a Jorge Tavares Rodrigues, em 16 de Agosto de 1974, a prova provada de que, apesar da «nostalgia» e da «saudade», mescladas com «náusea» e «indignação», Marcello Caetano soube adaptar-se bem, e na medida adequada à circunstância que então vivia, ao país que o acolheu, onde o seu temperamento convivial e gregário encontrou eco em velhos e novos amigos, como Pontes de Miranda (1892-1979) ou Pedro Calmon.

Os rumos que o país tomava, com a sucessivas quedas de Palma Carlos e de Spínola, as turbulências do PREC, a perda das colónias de África e, sobretudo, o drama dos retornados eram por si encarados como a confirmação dos seus piores receios nos tempos de governante e, logo, da justeza da linha de rumo que então seguira. Pouco dado a autocritica, e não podendo recorrer ao expediente de Thomaz, que o culpabilizou a ele e à sua tibieza, Marcello fazia um juízo naturalmente parcial e comprometido sobre a queda do regime e a revolução em curso. Sentia-se um injustiçado, o que não era verdade: à parte uma ou outra brutalidade castrense na forma como foi tratado antes de embarcar para a Madeira, o novo regime tratou-o, e a Thomaz, com relativa benevolência – e a sensatez de evitar que fosse julgado num processo que teria sido traumático para ambas as partes. No calor da revolução, seria demitido da função pública, ao fim de 41 anos de

serviço, e até alvo de uma lei retroactiva que o condenava a 12 anos de prisão, que Marcello classificou, com mágoa e exagero, «a lei mais monstruosa de toda a História do Direito português», a qual, no seu caso, nunca saiu do papel. Comparado com o destino de outras figuras menores do regime, como os antigos dirigentes e simples funcionários da PIDE/DGS, o tratamento que lhe foi dado não pode considerar-se, de modo algum, demasiado abrasivo ou desumano. Estabilizado o processo político, foi-lhe dada, inclusive, a possibilidade de regressar a Portugal, que Thomaz aproveitou, mas que Marcello obviamente declinou.

No Brasil da ditadura militar, recebeu convites atrás de convites para proferir palestras por todo o país. Desmultiplicou-se em deslocações a Curitiba, Porto Alegre, Minas Gerais, Belém do Pará, etc., onde sempre foi recebido com extremo desvelo e carinho, por vezes em termos apoteóticos. E, em acumulação com dezenas de conferências e viagens, além do trabalho lectivo, manteve um impressionante ritmo de publicação de livros: em 1974, *Depoimento*; em 1977, *Princípios Fundamentais de Direito Administrativo e Minhas Memórias de Salazar*; em 1978, dois livros jurídicos, *Direito Constitucional*, em dois volumes, e *Constituições Portuguesas – Edição revista e aumentada com a análise da Constituição de 1976*; em 1980, terminou o 1.º volume, monumental, de *História do Direito Português (1140-1495)*, que seria publicado postumamente, em 1981.

Além de evidenciar a sua enorme capacidade de trabalho, a vasta obra que produziu no Brasil é, porventura, um índice eloquente do seu estado de espírito, que no intelecto encontrou um refúgio e um porto seguro ante o que sentia ser o seu destino trágico. Diz-se que terá perdido a fé católica e, de

facto, em algumas missivas confidenciou ter-se tornado agnóstico. Com a classicista Maria Helena Prieto (1928-2013), professora da Faculdade de Letras, manteve uma *amitié amoureuse* epistolar, obviamente platónica, que a sua interlocutora revelaria em *A Porta de Marfim: Evocação de Marcello Caetano*, publicado em 1992. Em 1985, já após a sua morte, causou sensação a publicação, em dois volumes, de *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, organizadas por José Freire Antunes (1954-2015), uma resenha da correspondência que com ele mantiveram altas figuras do antigo e do novo regime.

Ao contrário do salazarismo, o marcelismo morreu com ele e, à parte meia-dúzia de fidelíssimos – Veríssimo Serrão, Baltazar Rebelo de Sousa, Jorge Tavares Rodrigues, Pedro Feytor Pinto, Rui Sanches –, poucos ou nenhuns reclamaram o seu legado. Este tem sido alvo da atenção de historiadores e juristas, que já dedicaram a Marcello Caetano três biografias de vulto, bem como do cuidado dos seus filhos ou familiares mais chegados. A biblioteca, como se disse, está hoje no Rio de Janeiro, após a Universidade Gama Filho ter entrado em falência, mas o seu arquivo encontra-se na Torre do Tombo, em Lisboa, podendo ser consultado em regime livre, com excepção dos documentos considerados privados, que só podem ser vistos mediante autorização da família, actualmente representada por Miguel Caetano. Além de um ensaio interpretativo da autoria de Vasco Pulido Valente, inicialmente publicado na revista Kapa (*Marcelo, as desventuras da razão*), e de um estudo monográfico de Luís Reis Torgal (*Marcelo Caetano, Marcelismo e «Estado Social»*, 2013), o seu período de governação já foi alvo, pelo menos, de dois colóquios, que resultaram na publicação de outros tantos livros, *A Transição Falhada – O Marcelismo e o Fim do Estado Novo*, coordenado

por Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira, e *Marcelo Caetano: Tempos de Transição – Depoimentos sobre Marcelo Caetano e o seu Governo, 1968-1974*, organizado por Manuel Braga da Cruz e Rui Ramos.

Do ponto de vista político, e como se disse, não existem hoje partidários ou seguidores do legado de Marcello Caetano, desde logo porque aquele surge ensombrado pela marca da perda e da derrota, mas também, e talvez mais decisivamente, porque, em bom rigor, Marcello não conseguiu definir uma «doutrina» original capaz de o diferenciar da pesada herança do corporativismo salazarista. Por outro lado, num tempo cada vez mais radicalizado e polarizado, a mensagem conciliatória do marcelismo, condensada na fórmula da «renovação na continuidade», dificilmente encontrará seguidores, mesmo entre os nostálgicos do regime anterior.

Recentemente, foi contestada a existência, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de uma sala evocativa de um dos seus mais distintos professores, com objectos e papéis cedidos a título de empréstimo pela família. Felizmente, a controvérsia teve pouca ou nenhuma expressão, devendo dizer-se tão-só, a este propósito, que não só Marcello Caetano foi um dos mais importantes e marcantes professores da referida Faculdade como, se não fosse a sua acção, esta, muito possivelmente, nem sequer existiria nos moldes e no lugar que hoje ocupa. A este propósito, e como o próprio Marcello gostava de recordar, no tempo do Estado Novo a Faculdade de Direito de Lisboa não retirou da parede o quadro a óleo que retrata Afonso Costa, justamente porque tal constitui uma evocação de um seu antigo professor, como mandam as boas regras da autonomia e da independência académicas.

No final da manhã de 26 de Outubro de 1980, domingo, por volta das 12h30, enquanto lavava as mãos na casa de banho do seu apartamento na Rua Cruz Lima, n.º 8, no bairro do Flamengo, Rio de Janeiro, aguardando que a irmã Olga o chamasse para o almoço, Marcello Caetano foi acometido de uma violenta dor no peito, que em minutos o matou.

Assim se extinguiu uma existência, uma vida portuguesa começada 74 anos antes na Travessa das Mónicas, ao bairro da Graça, em Lisboa, num prédio que hoje ostenta os dizeres «Ampliação c/Demolição.»

CRONOLOGIA*

1906 Nasce em Lisboa, na Travessa das Mónicas, no bairro da Graça, em 17 de Agosto de 1906.

1916 Estudante do Liceu Camões.

1922

1917 Inicia-se no jornalismo, como militante do Integralismo Lusitano.

1927 Licencia-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a classificação de «Muito Bom com Distinção».

1928 Oficial do Registo Civil no município de Óbidos e subdelegado do Procurador-Geral da República na comarca das Caldas da Rainha.

* Baseada no «Curriculum Vitae de Marcello José das Neves Alves Caetano», elaborado por Miguel Caetano e publicado in *Arganilia. Revista Cultural da Beira-Serra*, II Série, n.º 21, 2007, pp. 39-58.

- 1929** A convite de Pedro Theotónio Pereira, torna-se chefe do contencioso da Companhia de Seguros Fidelidade. Conhece Salazar. Nomeado para o cargo de auditor jurídico do Ministério das Finanças, que acumula com o de Subinspector da Inspecção de Seguros.
-
- 1930** Acompanha Salazar nos trabalhos de elaboração do projecto de uma nova Constituição política. Casamento com Teresa Teixeira de Queiroz de Barros.
-
- 1931** Doutoramento em Direito, com a tese *A Depreciação da Moeda depois da Guerra*.
-
- 1932** Nomeado vogal da Junta Consultiva da União Nacional.
-
- 1933** Nomeado vogal da 1.^a Comissão Executiva da União Nacional. Aprovado como professor auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
-
- 1934** Incumbido pelo Governo de preparar o projecto de um novo Código Administrativo. Convidado para director da Companhia de Seguros Fidelidade, qualidade em que assume a presidência da direcção do Grémio dos Seguradores.
-
- 1935** Director pedagógico e cultural do I Cruzeiro de Férias às Colónias.
-
- 1936** Vogal do Conselho do Império Colonial. Eleito membro do Instituto Internacional de Ciências Administrativas (Bruxelas).
-

-
- 1937** Nomeado presidente da Comissão Revisora do Código Administrativo.
Agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo.
Académico titular fundador da Academia Portuguesa da História.
Membro da direcção do Instituto para a Alta Cultura.
-
- 1938** Integra a missão do Instituto de Alta Cultura a Roma.
-
- 1939** Professor catedrático provisório.
-
- 1940** Nomeado comissário nacional da Mocidade Portuguesa, cargo que exerce até 1944.
-
- 1941** Participa na Embaixada especial ao Brasil, sob a chefia de Júlio Dantas.
-
- 1942** Nomeado professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a titularidade da cátedra de Direito Administrativo.
Professor, em acumulação, do Instituto Superior Técnico.
Eleito 2.º Vice-Presidente da Câmara Corporativa na III Legislatura (1942-1945).
-
- 1943** Professor-fundador do Instituto de Serviço Social, de Lisboa.
-
- 1944** Nomeado Ministro das Colónias, cargo que exercerá até 1947.
-
- 1945** Visita S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e União Sul Africana.
-

1946 Reeleito vogal do Conselho do Império.

1947 Participa em Genebra na Conferência Internacional do Trabalho.
Nomeado Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, cargo que exerce até 1949.

1948 Eleito administrador do Banco Nacional Ultramarino.

1949 Presidente da Câmara Corporativa, funções que exercerá até 1955.

1951 Nomeado membro vitalício do Conselho de Estado.

1953 Vice-Presidente do Conselho Ultramarino, funções que exerce até 1958.
Designado membro da Corte Permanente de Arbitragem, de Haia.

1955 Ministro da Presidência, funções que exercerá até 1959.

1959 Reitor da Universidade de Lisboa, cargo que exercerá até 1962.

1962 Eleito administrador da Companhia de Seguros Bonança.

1963 Professor e vice-presidente da Faculdade Internacional de Direito Comparado.
Eleito Presidente da Direcção da Associação Fiscal Portuguesa.

1968 Nomeado Presidente do Conselho de Ministros, funções que exerce até 1974.

1970 Presidente da Comissão Central da Acção Nacional Popular, cargo que exercerá até 1974.

1974 Exílio no Rio de Janeiro, no Brasil, onde leccionou
1980 na Universidade Gama Filho.

1980 Falecimento no Rio de Janeiro, em 26 de Outubro de 1980.

PARA SABER MAIS

Sendo esta uma obra de divulgação vocacionada para o grande público, o leitor que pretenda conhecer melhor a personalidade de Marcello Caetano tem ao dispor três biografias de grande qualidade, nas quais este livro em muito se apoiou: José Manuel Tavares Castilho, *Marcello Caetano – Uma Biografia Política* (Almedina, 2012); Luís Menezes Leitão, *Marcello Caetano – Um Destino* (Quetzal Editores, 2014); Francisco Carlos Palomanes Martinho, *Marcello Caetano – Uma Biografia, 1906-1980* (Objectiva, 2016). A estas, deve juntar-se, até pela sua riqueza iconográfica, a fotobiografia organizada por Joaquim Vieira, *Marcello Caetano – Fotobiografia* (Temas e Debates, 2004).

Sobre os antecedentes familiares, são muito interessantes e informativos alguns textos publicados em *Arganilia – Revista Cultural da Beira-Serra*, II Série, n.º 21, 2007, e, bem assim, Horácio Moura, *Marcello Caetano – Um Filho da Nossa Serra* (Comunidade Distrital de Coimbra, 1969). Os textos e as intervenções do seu pai encontram-se reunidos em *O Apostolado*

Cívico pela Escrita – José Maria Alves Caetano (1863-1946), com organização e notas de António Alves Caetano e de Miguel de Barros Alves Caetano (Lisboa, s.n., 2013). Não tendo Marcello Caetano escrito uma autobiografia, o que mais se aproxima desse registo é a obra *Minhas Memórias de Salazar* (Verbo, 1977).

A bibliografia de Marcello Caetano é muito extensa, devendo realçar-se, no plano político, e entre tantos outros, *Perspectivas da Política, da Economia e da Vida Colonial* (s.n., 1936); *O Sistema Corporativo* (s.n., 1938); *Problemas da Revolução Corporativa* (Editorial Acção, 1941); *A Missão dos Dirigentes – Reflexões e Directivas* (Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, 1942); *Por Amor da Juventude* (s.n., 1944); *Alguns Discursos e Relatórios* (Agência Geral das Colónias, 1946); *Posição Actual do Corporativismo Português* (Editorial Império, 1950); *A Legitimidade dos Governantes à Luz da Doutrina Cristã* (Bracara Augusta, 1952); *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos – História duma batalha – Da liberdade dos mares às Nações Unidas* (Ed. Ática, 1963); *A Opinião Pública no Estado Moderno* (s.n., 1965); *Juventude de Hoje, Juventude de Sempre* (s.n., 1967); *Ensaio Pouco Políticos* (Verbo, 1971); *Páginas Inoportunas* (Bertrand, s.d.); *Sobre o seu reitorado, Pela Universidade de Lisboa! – Discursos e orações* (Reitoria da Universidade, 1974). Para uma resenha das principais intervenções, *Princípios e Definições – Textos de 1936 a 1967*, compilação de António Maria Zorro (s.n., 1969) e *Razões da Presença de Portugal no Ultramar – Excertos de discursos proferidos pelo Presidente do Conselho de Ministros, Prof. Doutor Marcello Caetano* (Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973). A sua dissertação de doutoramento está publicada: *A Depreciação da Moeda Depois da Guerra* (Coimbra Editora, 1931).

Para a reconstrução do seu tempo como governante são essenciais, além do livro-entrevista com António Alçada Baptista, *Conversas com Marcello Caetano* (Moraes, 1973), os diversos volumes dos seus discursos, dados à estampa pela Editorial Verbo (v.g., *Pelo Futuro de Portugal*, 1969; *Mandato Indeclinável*, 1970; *Progresso em Paz*, 1972; *As Grandes Opções*, 1973), bem como as resenhas anualmente publicadas pela Secretaria de Estado da Informação e Turismo. Sobre a televisão e as «Conversas em Família», cf. Francisco Rui Cádima, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa* (Presença, 1996) e, em termos mais amplos, Ana Cabrera, *Marcello Caetano – Poder e Imprensa* (Livros Horizonte, 2006). Sobre a censura, Cândido de Azevedo, *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano – Imprensa, Teatro, Televisão, Radiodifusão, Livro* (Editorial Caminho, 1999), e Alberto Arons de Carvalho, *A Censura à Imprensa na Época Marcelista* (Minerva, 1999). Sobre os meios económicos e empresariais, Filipe S. Fernandes, *Os Empresários de Marcello Caetano* (Casa das Letras, 2018). Sobre a «ala liberal», a obra fundamental é de Tiago Fernandes, *Nem Ditadura, Nem Revolução – A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)* (Assembleia da República, 2006), devendo ainda consultar-se, para o caso de Sá Carneiro, Joana Reis, *A Transição Impossível – A Ruptura de Francisco Sá Carneiro com Marcello Caetano* (Casa das Letras, 2010). Sobre a revisão constitucional de 1971, cf. *Revisão Constitucional – 1971* (Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1971) e Rita Almeida de Carvalho, «O marcelismo à luz da revisão constitucional de 1971», *Anuário Português de Direito Constitucional*, vol. III, 2003, pp. 191-276.

São muito interessantes as missivas reunidas por José Freire Antunes in *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, em dois

volumes (Publicações Dom Quixote, 1985), bem como, naturalmente, do mesmo autor, *Salazar e Caetano – Cartas secretas, 1932-1968* (Círculo de Leitores, 1993). Também interessante, ainda que num plano distinto, a obra de Paulo Miguel Martins, *Cartas entre Marcello Caetano e Laureano López Rodó* (Alêtheia, 2014).

O mais conhecido ensaio interpretativo sobre Marcello Caetano é da autoria de Vasco Pulido Valente, *Marcello Caetano – As Desventuras da Razão* (Gótica, 2002), devendo também consultar-se a monografia de Luís Reis Torgal, *Marcello Caetano, Marcelismo e «Estado Social» – Uma Interpretação* (Imprensa da Universidade [de Coimbra], 2013).

Para a sua análise do período final do Estado Novo e do 25 de Abril, deve ler-se *A Verdade sobre o 25 de Abril* (s.n., 1976), *O 25 de Abril e o Ultramar – Três Entrevistas e Alguns Documentos* (Verbo, 1974), e *Depoimento* (Record, 1974), os quais merecem ser cotejados com a obra de Américo Thomaz, *Últimas Décadas de Portugal*, em quatro volumes (Fernando Pereira, 1980). No pós-25 de Abril, e num tom crítico, cf. Eduardo Freitas da Costa, *Acuso Marcelo Caetano* (Liber, 1975), Antoinino Cruz e Vitoriano Rosa, *As Mentiras de Marcelo Caetano* (s.n., 1974), Silvino Silvério Marques, *Marcello Caetano, Angola e o 25 de Abril – Uma polémica com Veríssimo Serrão* (Editorial Inquérito, 1995).

Para uma visão de conjunto sobre o seu governo são fundamentais os livros *A Transição Falhada – O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*, coordenado por Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira (Editorial Notícias, 2004), e *Marcelo Caetano – Tempos de Transição – Depoimentos sobre Marcelo Caetano e o seu Governo, 1968-1974*, coordenado por Manuel Braga da Cruz e Rui Ramos (Porto Editora, 2012).

São igualmente importantes o livro de memórias de Pedro Feytor Pinto, *Na Sombra do Poder* (Publicações Dom Quixote, 2011), Marcelo Rebelo de Sousa, *Baltazar Rebelo de Sousa – Fotobiografia* (Bertrand, 1999), Paulo Marques, *Marcello Caetano – Ideólogo ou «enfant terrible» do regime?* (Parceria A. M. Pereira, 2008) e, bem assim, José Pedro Castanheira, *Os Últimos do Estado Novo* (Tinta-da-china, 2023).

Sobre o exílio no Brasil, consulte-se Joaquim Veríssimo Serrão, *Marcello Caetano – Confidências no Exílio* (Verbo, 1985) e, do mesmo autor, *Correspondência com Marcello Caetano, 1974-1980* (Bertrand, 1994), bem como *Marcelo Caetano no Exílio – Estudos, Conferências, Comunicações* (Verbo, 2006) e, ainda, Maria Helena Prieto, *A Porta de Marfim – Evocação de Marcello Caetano* (Verbo, 1992). Sobre a questão da perda da fé católica, Manuela Goucha Soares, *Marcello Caetano – O Homem que Perdeu a Fé – Biografia* (A Esfera dos Livros, 2009).

Sobre a sua filha, Ana Maria Caetano, cf. Orlando Raimundo, *A Última Dama do Estado Novo e Outras Histórias do Marcelismo* (Temas e Debates, 2003). Recentemente, e entre outras intervenções suas, foi dado à estampa um livro-entrevista com Miguel Caetano: José António Saraiva e José Cabrita Saraiva, *O 25 de Abril Visto do Outro Lado – Conversas com Miguel Caetano* (Gradiva, 2023), tendo José António Saraiva publicado também *Salazar e Caetano – O tempo em que ambos acreditavam chefiar o governo* (Gradiva, 2020).

Existe um inventário do arquivo de Marcello Caetano: António Frazão e Maria do Céu Barata Filipe, *Catálogo do Arquivo Marcello Caetano*, 2 volumes (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2005).

António Araújo (Lisboa, 1966), jurista e historiador, licenciado e mestre em Direito e doutorado em História Contemporânea, é autor de diversos livros e artigos sobre Direito Constitucional, Ciência Política e História Política, como *Jesuítas e Antijesuítas no Portugal Republicano*, *A Lei de Salazar – Estudos sobre a Constituição de 1933*, *Sons de Sinos – Estado e Igreja no Advento do Salazarismo*, *Matar o Salazar – o Atentado de 1937* ou «*Morte á PIDE*» – *A Queda da Polícia Política do Estado Novo*. É administrador-executivo e diretor de publicações da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Colabora regularmente com a imprensa escrita portuguesa.

É frequente dizer-se que o consulado de Marcello Caetano, de Setembro de 1968 a Abril de 1974, foi marcado por dois tempos, um *allegro* primaveril, prenhe de expectativas e optimismo, e um *adagio* outonal, carregado de desilusões e de sombras. A expressão «Primavera marcelista» foi, de resto, cunhada e amplamente utilizada para caracterizar os primeiros tempos de Caetano, que uma idosa de província, depois de ser cumprimentada por ele numa das suas incursões pelo país, terá dito, expressivamente, «este Salazar é mais simpático do que o outro!». Afirmação que, na sua ingénua sabedoria, acabava por resumir o drama de Marcello, pois, reconhecendo a sua maior simpatia, acabava por revelar que, no imaginário do país, do povo e das elites, era tal a marca e a carga de Salazar que o nome deste se confundia com a própria ideia de governo da nação.

António Araújo

**«CHEGO AO FIM DA VIDA TENDO PERDIDO A PÁTRIA,
VALORES MORAIS E MATERIAIS, SONHOS, IDEAIS,
ASPIRAÇÕES... QUE PODERIA QUERER MAIS?»**

MARCELLO CAETANO

